



Universidade de Brasília

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JOÃO PEDRO SALES FERNANDES

**FAMÍLIAS DE ESCRAVIZADOS/AS NAS MINAS OITOCENTISTAS:
EXISTÊNCIA E ESTABILIDADE (1869 – 1873)**

Brasília

2018

JOÃO PEDRO SALES FERNANDES

**FAMÍLIAS DE ESCRAVIZADOS/AS NAS MINAS OITOCENTISTAS:
EXISTÊNCIA E ESTABILIDADE (1869 – 1873)**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Léa Maria Carrer Iamashita

Brasília – DF, 09 de julho de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Léa Maria Carrer Iamashita (HIS - UnB)

Prof.^a. Dr.^a. Diva do Couto Gontijo Muniz (PPGHIS - UnB)

Prof.^a. Dr.^a. Ione de Fátima Oliveira (HIS - UnB)

AGRADECIMENTOS

É uma tarefa impossível retribuir aqueles e aquelas que estão comigo. Não conquistamos nada sozinhos e há sempre uma rede de pessoas também responsáveis pelas nossas conquistas. Felizmente há este espaço em que, com poucas palavras, posso lembrar de algumas dessas pessoas. Em primeiro lugar agradeço a minha mãe e meu pai, Tânia e Edmilson. Foram os dois quem direcionaram todos os esforços de suas vidas para a criação minha e de minhas duas irmãs. Mesmo sem a chance de concluir os estudos em idade escolar, sempre entenderam e nos ensinaram que nossas melhores oportunidades somente se dariam por meio da educação. Assim, com todas as dificuldades, nos colocaram como prioridade e nos criaram da melhor forma possível, com muito amor e carinho.

Um muito obrigado à Mariana, minha irmã do meio. Uma das pessoas mais determinadas que conheço, me abriu caminhos demonstrando que entrar em uma Universidade Federal era um sonho palpável para a nossa família. Agradeço também pelo carinho de minha irmã mais velha, Fabiana. Desde muito nova, sempre assumiu grandes responsabilidades e tirou tudo de letra. Mesmo de longe, continua sendo a inspiração do irmão mais novo. Eu não poderia ter uma família melhor, amo todos vocês.

Aproveito também para dar meus mais sinceros agradecimentos à minha namorada, Isabella. Desde o ensino médio, vem acompanhando quase que diariamente meus planos, desabafos e me aconselhando sobre quais escolhas tomar. Sobretudo nessa última etapa, esteve sempre lendo meus textos, acompanhando e me ajudando nesse difícil processo de elaboração de um trabalho acadêmico. Nos momentos de crise em que não acreditei em minhas capacidades, foi quem acreditou e me fez reverter a situação. Mas, para além disso, muito obrigado pela companhia e por ser meu alívio em todos esses anos. É bom demais amar você. Agradeço também a meus amigos e amigas de curso que dividiram desde momentos de alegria até momentos de angústia ao longo da minha graduação. A todos meus amigos e amigas, em especial Amanda, Maiko e Marcos, que estão sempre comigo torcendo por mim.

Alguns professores e professoras também marcaram minha graduação na Universidade de Brasília, aos quais devo meus sinceros agradecimentos. Em especial, agradeço à professora Diva, que, desde o primeiro semestre de 2015, com a disciplina História e Historiografia do Brasil, vem me encantando com seu modo de pensar as

experiências vividas no passado. Sua atuação como professora/historiadora nos inspira e nos incita a lutar por um mundo menos desigual. Agradeço também à professora Léa, que foi bastante compreensiva aceitando ser minha orientadora e possibilitando a elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

Por último, agradeço ao Programa de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília, com o desejo de que se amplie e consiga alcançar os mais necessitados, tentando diminuir parte do universo de desigualdades que se reproduzem e se acentuam no ambiente universitário. Sou um dos que compõem grupos para os quais a Universidade não foi projetada e, sem os auxílios que recebi por mais de quatro anos, não teria tido condições de alcançar o sonho de concluir o curso de História. Para que mais dos meus também tenham essa oportunidade e a Universidade enfim se torne democrática! Muito obrigado!

RESUMO

O presente estudo é um esforço de historicização da presença e estabilidade de famílias de pessoas escravizadas na província de Minas Gerais, no período de 1869 a 1873. Na construção da narrativa, priorizamos a legislação abolicionista, bem como anúncios de fugas, vendas, pedidos de alívio e perdão de multas presentes em três jornais mineiros da época: o *Diário de Minas*, *O Jequitinhonha* e *O Noticiador de Minas*. No empírico consultado, encontramos as evidências da existência de famílias de cativos/as, unidas por laços de sangue, afeto e espirituais, contrariamente ao veiculado pela historiografia tradicional. As principais legislações que nos guiaram foram o Decreto nº 1.695 de 1869, que proibiu a separação de membros de uma mesma família, até que filhos e filhas alcançassem a idade de 15 anos, e a Lei do Ventre Livre, que em 1871 reafirmou a proibição da separação de membros de uma mesma família, alterando a idade limite de filhos e filhas para 12 anos. Entendemos esses dispositivos legais como possibilidades criadas para que a população escravizada pudesse se apoiar para viver e construir espaços de agência e resistência em meio à sociedade escravista brasileira. Essa vivência incluía a constituição de laços familiares mais ou menos estáveis.

Palavras-chave: famílias de escravizados/as; abolição; Lei do Ventre Livre; imprensa; Minas Gerais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I: A família de escravizados/as na historiografia brasileira: algumas narrativas	12
1.1 – A historiografia da escravidão negra no Brasil.....	14
1.2 - A historiografia da família de escravizados/as no Brasil	19
1.3 – Família, laços afetivos e espirituais entre escravizados/as	27
CAPÍTULO II: Sob o império das leis: regulamentação e o reconhecimento da família de escravizados/as.....	32
2.1 - O Estado e a família de escravizados/as	32
2.2 - A política de abolição	33
2.3 - A pressão externa	37
2.4 - A Lei do Ventre Livre: os debates.....	38
2.5 – A implementação da lei: primeiros esforços do Estado.....	48
2.6 - Os sentidos da lei	51
CAPÍTULO III - A estabilidade das famílias de escravizados/as na imprensa mineira oitocentista: alguns sinais	54
3.1 - A fluida condição da criança ingênua: meio livre ou meio escrava?	55
3.2 - A Lei do Ventre Livre e a família de escravizados/as na imprensa mineira	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
ANEXO A – Decreto nº 1.695, de 15 de Setembro de 1869.....	78
ANEXO B – Lei nº 2.040, de 28 de Setembro de 1871	79

INTRODUÇÃO

Família brasileira
Dois contra o mundo
Mãe solteira
De um promissor
Vagabundo

Luz, câmera e ação
Gravando, a cena vai
Um bastardo
Mais um filho pardo
Sem pai

*Racionais MC's, Negro Drama (2002)*¹

Os estudos sobre a escravidão negra nos permitem perceber várias lógicas que operam o contexto de ampla desigualdade social e racial no Brasil. É sobre esse contexto que Mano Brown fala em seu trecho na música *Negro drama*, de 2002. Sobre o impacto de mais de 300 anos de exploração de milhões e milhões de pessoas inocentes. Homens, mulheres e crianças que nutriam projetos e expectativas para suas vidas foram submetidos a um regime de trabalho que lhes negou e tentou arrancar deles a humanidade. Porém, a ordem escravista, mesmo em meio a toda essa violência, não conseguiu arrancar dessas pessoas a sua condição de seres humanos.

É disso que o trabalho trata. Negamos uma tradição historiográfica, muito forte aqui no Brasil até os anos de 1970, que, seguindo uma linha interpretativa marxista dos eventos, não via espaço para subjetividades e agenciamentos entre escravizados/as. A valorização de um modelo familiar único, nuclear ou patriarcal, impediu que estudiosos da escravidão negra no Brasil enxergassem a existência de famílias que, apesar e por conta da escravidão, organizaram-se de diferentes formas. A historiografia tradicional afirmava que, por conta de toda a violência da escravidão, que incluía a venda separada de mãe, pai e filhos, era impedida a estabilidade exigida, bem como um consequente ambiente favorável para a formação e manutenção de famílias. Alguns desses impedimentos, segundo Suely Robles Queiroz (2003), seriam a predominância do sexo

¹ *Negro Drama* é a quinta faixa do álbum *Nada como um dia após o outro dia* do grupo de rap Racionais MC's, lançado em 2002. O grupo de rap é conhecido por expressar em suas letras a difícil realidade vivida nas periferias do Brasil dos anos 90 e início dos anos 2000. Nesta música, composta por Mano Brown e Edi Rock, é evidenciado o drama de ser negro no Brasil, que recebeu de herança desigualdade social e racial pelos séculos de exploração de seus antepassados.

masculino entre a população escravizada; uma baixa taxa de fecundidade entre as mulheres escravizadas, provocada pelo próprio sistema escravocrata; a violência do cativeiro que não diferenciava mulheres grávidas no trabalho; e, por último, a falta de privacidade nas senzalas (QUEIROZ, 2003, p. 111).

Questionamos essa narrativa, sem negá-la por completo, e nos colocamos sob abrigo de uma historiografia que buscou e busca dar um sentido mais amplo à experiência das pessoas escravizadas no Brasil. Mantem-se, é claro, a noção de que a violência é inerente ao sistema escravista, mas se reconhece que essas pessoas não internalizaram a condição de coisa/mercadoria a que foram submetidas. Pelo contrário, teceram estratégias de reafirmação de suas existências enquanto seres humanos.

A partir dos conceitos abstraídos em um primeiro contato com o livro *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista* (1989), dos historiadores João José Reis e Eduardo Silva, conseguimos nos desvincular de uma visão cristalizada da escravidão negra no Brasil, segundo a qual a estrutura social possuía basicamente duas classes: uma opressora, composta pelos senhores; e outra oprimida, composta por escravos e escravas. É claro que essa leitura tem a sua importância, mas a manutenção de uma visão modelar, sólida e estável nos impede de compreender a diferença, situações outras que fugiram dessa lógica binária pautada na relação dominador/dominados. A manutenção dessa visão promove o silenciamento de protagonismos e agenciamentos que fizeram parte do cotidiano da experiência de milhões de pessoas submetidas ao regime de trabalho escravista no Brasil.

João José Reis e Eduardo Silva romperam com esse modelo interpretativo e nos apresentam casos de agências e resistências típicas do cenário cotidiano da escravidão, conquistas obtidas no dia a dia por escravizados e escravizadas², construindo espaços onde se possibilitou a criação de projetos de vida alternativos. Enfim, experiências

² Interpretamos a linguagem como um espaço subjetivo de exercício de poder. Por isso, em conformidade com as reflexões apresentadas em CARBONI, Florence; MAESTRI, Mario. *A linguagem escravizada: Língua, história, poder e luta de classes*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 152p., optamos por não nos referirmos aos trabalhadores escravizados somente sob a perspectiva reducionista de meros *escravos* e *escravas*. Isto porque acreditamos que essa nomenclatura era utilizada também para tentar reduzir essas pessoas à condição de mercadoria, mera força de trabalho, o que negamos veementemente. Porém, entendemos também que a condição dessas pessoas se apresentava de forma dialética, tratados como *coisas*, mas existindo enquanto *pessoas*. Por isso, a fim de demonstrar a complexidade dessas relações, utilizamos majoritariamente o termo *escravizados/as*, mas também *escravos/as* para nos referirmos a esses homens e mulheres em regime de escravidão. Também propomos, portanto, a substituição do termo *famílias escravas* para *famílias de escravizados/as*.

impossibilitadas de serem interpretadas às luzes da visão rígida da historiografia tradicional em que os/as escravizados/as haviam introjetado totalmente a condição de mercadoria, ora se mantendo totalmente passivos, ora se manifestando total e somente por meio da rebeldia, devido a toda a violência do sistema.

A historiadora Hebe Mattos propõe, em 1998, no seu texto *Laços de família e direitos na escravidão*, uma análise atenta às subjetividades nas relações entre senhores e escravizados/as, ao apontar a circulação da noção de direitos conquistados a partir da intensificação do tráfico interno de pessoas escravizadas. Como poderiam ter tido conquistas em suas regiões de origem, os/as escravizados/as, ao chegarem nos novos cativeiros, passavam incitar entre outros/as escravizados/as e reivindicar aqueles antigos direitos. Dentre as reivindicações, podemos pautar a possibilidade de formação de famílias. Com a ampliação da noção de resistência à escravidão, podemos pensar na formação de famílias de escravizados/as como uma das dimensões das resistências cotidianas, em meio a esse contexto de negação da condição de *coisa* a que eram submetidos. Para além disso, um campo de batalha que mantém tensões e conflitos, como afirma Robert Slenes (1999).

Principalmente a partir de 1850, o Estado Imperial passou a interferir cada vez mais nas relações privadas entre senhores e escravizados/as. Concomitante a esse processo, o Estado também passou a reconhecer legalmente a existência das famílias de pessoas escravizadas, primeiro em 1869, com o Decreto nº 1.695, e depois em 1871, com Lei nº 2.040 ou Lei do Ventre Livre³. No primeiro caso, a lei proibia, sob pena de nulidade, a separação de marido da mulher, filho/a do pai ou da mãe, exceto filhos/as acima dos 15 anos⁴. A Lei do Ventre Livre manteve a proibição, diminuindo a idade de 15 para 12 anos. Cientes de que não se proíbe aquilo que não se pratica, assim como não se regulamenta aquilo que não existe (FOUCAULT, 1975), vimos a necessidade de historicizar o reconhecimento legal da família de pessoas escravizadas na segunda metade do século XIX.

Selecionamos o período de 1869, ano de publicação do Decreto nº 1.695, até 1873, ano em que venceria o prazo para matrícula de escravizados/as exigido pela Lei do Ventre

³ BRASIL, Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm> Acesso em: 07/06/18

⁴ BRASIL, Decreto nº 1695, de 15 de setembro de 1869. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html>> Acesso em: 07/06/18

Livre em 1871. Com auxílio de bibliografia sobre o tema e a legislação mencionada, fizemos a leitura de três jornais publicados em Ouro Preto, Minas Gerais, nesse mesmo período. A saber, *O Jequitinhonha*, publicado de 1860 a 1873; o *Diário de Minas*, publicado entre 1866 e 1875; e *O Noticiador de Minas*, publicado de 1868 a 1871. Estes jornais são de domínio público e foram disponibilizados no sítio eletrônico Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional⁵.

Os resultados de nossos estudos foram divididos em três capítulos. No primeiro capítulo, introduzimos alguns questionamentos sobre a imposição de conceitos de família que se pretendem universais, mas limitam a análise de diferentes organizações familiares dados os diferentes contextos em que se formam. Em seguida, apresentamos os diferentes momentos da historiografia sobre a escravidão negra no Brasil. Logo após, apresentamos algumas narrativas sobre como foi tratada a *família escrava* na historiografia, finalizando o capítulo com algumas questões sobre laços afetivos e espirituais durante a escravidão no Brasil.

No segundo capítulo, tratamos do reconhecimento legal da família de pessoas escravizadas, inserido em todo o contexto de abolição da escravidão iniciado a partir de 1850. Devido à sua importância para nossa pesquisa, demos um maior foco ao processo de aprovação da Lei do Ventre Livre, levando em consideração alguns debates. Em seguida, apresentamos a forma como alguns autores e autoras analisam o perfil da lei e os sentidos práticos de sua implementação.

No terceiro e último capítulo, iniciamos comentando o papel da lei na instituição da condição de ingênuo e os efeitos práticos na vida dessas crianças nascidas após a Lei. Tendo como suporte empírico os jornais escolhidos, juntamente com as leituras feitas, analisamos alguns casos, selecionados como exemplos de experiências de famílias de escravizados/as em meio àquele contexto. Nesses jornais eram publicados alguns pedidos de “alívio de multa”. A multa era prevista caso os/as escravizados/as não tivessem sido matriculados/as por culpa ou omissão dos seus senhores. Em caso contrário, a multa não seria aplicada. Analisamos também anúncios de venda e fuga em que questões familiares apareciam. Dessa forma, a partir da leitura crítica dessas publicações, pudemos tecer algumas interpretações acerca da relação entre a Lei do Ventre Livre e a estabilidade de

⁵ Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 13/06/2018.

famílias de escravizados/as. Inspirados em obra clássica de Slenes, igualmente entendemos que nas senzalas existiam, apesar e por conta da violência, algumas flores...

CAPÍTULO I: A família de escravizados/as na historiografia brasileira: algumas narrativas

A formação das famílias brasileiras não foi processo homogêneo. A narrativa historiográfica que afirma a extensividade e predominância do modelo patriarcal e depois do modelo nuclear de organização familiar no Brasil é por demais reduzida para dar conta da diversidade de formas e arranjos familiares ao longo da experiência histórica brasileira. Esses dois modelos excluem outras possibilidades de organização das famílias, particularmente quando atentamos para as camadas mais pobres da população brasileira. O que vemos no presente, e vimos no passado, é uma pluralidade de formas de organização familiar, com composições, cores, arranjos e orientações diferentes daqueles dois modelos.

Ochy Curiel, em *La Nación Heterossexual: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterossexual desde la antropología de la dominación* (2013), analisa as concepções de família na constituição da Colômbia e nos mostra que a diversidade existente não foi contemplada no texto legal, o que nos instiga a ampliar nossos olhares sobre o caso brasileiro. Segundo a feminista e antropóloga social afro-dominicana, o que hoje a constituição colombiana define e normatiza como família é a imposição de um modelo familiar supostamente biológico que segue uma estrutura nuclear, monogâmica e heterossexual. Trata-se de modelo de organização familiar imposto principalmente pela Igreja Católica desde o século XVI por conta da colonização europeia. Segundo Curiel, este é um modelo prescrito que nunca conseguiu se impor à complexa realidade colombiana. Entre a *familia de derecho* e a *familia de hecho* (CURIEL, 2013, p. 130), há um descompasso, entre o prescrito e o vivido, um universo de estruturas familiares não reconhecidas pela lei.

Todo lo anterior muestra que, en Colombia, el discurso hegemónico vertido en la legislación sobre la familia ha sido herencia de la relación entre Iglesia Católica y el Estado nacional desde épocas de la Colonia, una herencia que legitima la familia nuclear, monogámica y heterosexual, ubicada dentro del matrimonio formal (católico o civil). (CURIEL, 2013, p. 133)

Esse olhar europeu que a partir da modernidade se pretendeu hegemônico e tentou regular, controlar e disciplinar as condutas sociais também foi criticado por Oyèrónké Oyèwùmí. Esta feminista e socióloga nigeriana assinala que, ao utilizar conceitos universais que partem de experiências especificamente europeias, outras realidades são

ignoradas, esquecidas e silenciadas. Oyèrónké (2004) afirma que as categorias de gênero propostas pelas feministas ocidentais, partindo de experiências calcadas na estrutura familiar nuclear, não conseguem contemplar, por exemplo, a realidade nigeriana. Nas experiências ocidentais, a relação com o marido e com o matrimônio são centrais para entender a opressão que sofrem essas mulheres:

Apesar do fato de que o feminismo tornou-se global, é a família nuclear ocidental que fornece o fundamento para grande parte da teoria feminista. Assim, os três conceitos centrais que têm sido os pilares do feminismo, mulher, gênero e sororidade, são apenas inteligíveis com atenção cautelosa à família nuclear da qual emergiram. (OYÈWÙMÍ, 2004, p. 3)

Muitos sistemas familiares africanos se organizam de forma matrifocal, não patriarcal. Dessa forma, o conceito universal de mulher baseado no modelo de família nuclear proposto por muitos estudos é colocado em cheque quando se apresentam outras experiências não ocidentais. Não se pode desconhecer que os feminismos pós-modernos criticam justamente esse conceito universal de mulher. Este, além de excluir experiências não-ocidentais de constituição histórica das mulheres, pressupõe e reafirma uma “essência feminina”, universal e anterior à história. A proposta destas feministas é trabalhar com a ideia de “mulher” como construção, fruto de condições históricas particulares de suas experiências.

Ângela Davis, ícone dos movimentos de direitos civis nos EUA e professora da Universidade de Califórnia, em *Mulheres, classe e raça* (1981), questiona o apagamento da história sobre as mulheres negras. Quando se fala em escravidão, o estereótipo é de homens negros e musculosos. Ao falar de mulheres, em decorrência de uma representação cristalizada no imaginário social da feminilidade frágil, subordinada ao marido e restrita ao ambiente doméstico, mulheres negras são novamente apagadas, já que estavam, predominantemente, sendo escravizadas nas lavouras. Por isso, Oyèrónké propõe a utilização de conceitos propostos *a partir* das lógicas e realidades próprias, perspectiva que exige encontrar:

maneiras em que a pesquisa africana possa ser mais bem informada por preocupações e interpretações locais e, ao mesmo tempo, simultaneamente, para que experiências africanas sejam levadas em conta na construção teórica geral, apesar do racismo estrutural do sistema global. (OYÈWÙMÍ, 2004, p. 1)

1.1 – A historiografia da escravidão negra no Brasil

No Brasil, o não reconhecimento dos padrões normativos de família impostos pela colonização também não é recente. No ano de 1859, em uma passagem pelo Brasil, o viajante francês Charles Ribeyrolles⁶ afirmou serem os escravos indivíduos imersos em um universo de dor, promiscuidade sexual e "bestialidade". Segundo seu relato, imerso em uma visão cristianizada e cristianizadora, os negros e negras escravizadas não tinham condições de constituírem famílias e viviam como "ninhadas". Deste modo, concluiu que não havia entre eles qualquer tipo de consciência histórica: "Nos cubículos dos negros, jamais vi uma flor: é que lá não existem esperanças nem recordações." Essa visão etnocêntrica, veiculada principalmente, mas não exclusivamente, na/pela literatura de viagem foi por muito tempo uma matriz que formou e informou a historiografia da família no Brasil. Tal modo de ver e ler a história da família busca outros caminhos a partir de 1980. Em 1999, Robert Slenes contesta essa leitura ao trazer uma visão oposta e explícita poeticamente em seu original livro: *Na senzala, uma flor: Esperança e recordações na formação da família escrava*.

Nesse momento e contexto, a visão de Slenes acerca das famílias escravas e da escravidão é relativamente inovadora. Inscreve-se, como vários outros trabalhos, no movimento historiográfico revisionista daqueles temas/objetos de estudo. Estudos, esses, que recusam as ideias de passividade do escravizado e de benevolência da classe senhorial e escravocrata. São narrativas históricas que enfocam o protagonismo dos/as escravizados/as, cujas experiências foram alinhadas a uma nova história social da escravidão. São narrativas que investem e enfocam a autonomia dos/as escravizados e escravizadas, contrapondo-se a uma escrita da história de mais de três séculos de sequestro e escravização em massa de milhões de homens e mulheres⁷.

Diferentes teorias, ideologias, metodologias e objetivos políticos orientaram a produção historiográfica brasileira sobre o tema ao longo dos séculos XX e XXI. O eixo estruturante das narrativas historiográficas sobre escravidão negra no Brasil foi a maior ou menor violência nas relações estabelecidas entre senhores e escravizados/as: ora esse

⁶ RYBEYROLLES, Charles, *Brazil pitoresco: historia-descrições-viagens-instituições-colonização*, edição bilíngue, 2 vols. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859.

⁷ Segundo resultados do projeto internacional denominado Slave Voyages, que conta com a participação de grandes especialistas em escravidão, como Hebert Klein, Joseph Campbell e Manolo Florentino, estima-se que desembarcaram, no Brasil, 4.864.373 africanos e africanas para serem escravizados. Dados disponíveis em: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>

sistema foi interpretado de forma branda e benevolente, muito comum na historiografia dos anos 30 e 50; ora de forma cruel e violenta, muito presente em trabalhos de história entre dos anos 50 e 70, que reduzia as pessoas escravizadas a coisas, à negação total de si.

O primeiro grupo, cuja obra central foi *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, construiu uma narrativa pacificadora sobre a escravidão negra e as relações raciais no Brasil que acabou sendo utilizada por um projeto de governo nacionalista do Estado Novo. Em sua narrativa histórica sobre as relações sociais entre a casa grande e a senzala, Freyre omite violências e conflitos, retratando relações que são intrinsecamente violentas e desiguais de forma naturalizada. Isso gera uma leitura branda sobre a história da escravidão brasileira, sobretudo quando comparada à escravidão nos Estados Unidos.

Se no primeiro grupo houve uma idealização da escravidão, o segundo grupo historiográfico buscou reafirmar a violência da escravidão, revelando as atrocidades e a crueldade do sistema. Sob tal orientação, a sociedade escravista brasileira foi vista dicotomicamente a partir de dois grupos: aqueles que oprimiam e aqueles que eram oprimidos. Sob tal perspectiva, em um ambiente onde o controle se baseava na violência e na alienação de si em razão da condição de mercadoria, não haveria espaço para o protagonismo de pessoas escravizadas, muito menos para expressão de suas subjetividades. Dessa forma, a dimensão da resistência à escravidão foi subdimensionada, negada, ou incorporada nas narrativas históricas somente, extraordinariamente, por ocasião das fugas, levantes e revoltas, sendo o quilombo expressão máxima deste movimento⁸. Como bem avaliou a historiadora Maria Helena Machado:

A historiografia construiu a imagem do escravo violento e rebelado baseado em um conceito de resistência considerado como formas extremas de negação ao sistema: as insurreições organizadas e os quilombos. A objeção principal que a nova história social tem feito à concepção tradicional de resistência é que esta subtrai à análise as possibilidades de oposição no interior do sistema. As pequenas faltas, a figura do escravo preguiçoso ou fujão, os desvios da produção agrícola do senhor, o trabalho malfeito ou constantemente inacabado podem significar, como já demonstrou Genovese à luz da reavaliação desses conceitos, elos importantes na compreensão do sistema, ao

⁸ Sobre quilombos, ver: MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Edições Zumbi LTDA, 1959. 304p.; idem. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Editora Ática, 1987. 94p. e GOMES, Flávio. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

esclarecerem aspectos fundamentais da mentalidade da escravidão⁹. Pois é necessário considerar que resistir significa impor determinados limites ao poder do senhor, onerá-lo em sua amplitude, colocar à mostra suas inconsistências. (MACHADO, 2014, p. 30)

Em meio à violência do sistema, ao processo de barbarização e negação de si que a condição de escravização impunha às pessoas escravizadas, não haveria, em tese, nem condição nem um espaço propício para a formação de famílias nos moldes organizacionais europeus ocidentais que formavam e informavam a leitura feita por viajantes estrangeiros, como o relato do viajante francês Charles Ribeyrolles. Segundo Suely Queiróz, essa historiografia tradicional, alinhada às concepções europeias de organização familiar, identifica uma baixa expressividade da família de escravizados pelos seguintes impedimentos: predominância do sexo masculino entre a população escravizada; baixa taxa de fecundidade entre as mulheres escravizadas, provocada pelo próprio sistema escravocrata; a violência do cativo que não diferenciava mulheres grávidas; e, por último, a falta de privacidade nas senzalas¹⁰. A própria historiadora utiliza relatos de viajantes franceses em sua argumentação sobre o assunto:

Também Saint-Hilaire se refere a casamentos e privacidade familiar. Em *Viagem à província de São Paulo e Viagem a Curitiba e à província de Santa Catarina*, fala de casas isoladas para escravos e arrola números sobre seu estado civil.

Todavia, em obra tão minuciosa e cuidada como a sua, o naturalista francês foi extremamente parco sobre o assunto. Caso houvesse muito o que contar, certamente o faria, pois dele se pode dizer ter sido o maior, talvez, de quantos estrangeiros nos visitaram no século passado, sobretudo pela capacidade de sentir e compreender o país visitado. Não se pode esquecer que publicou suas descrições de viagens somente dez anos após ter deixado o país. Durante esse tempo refletiu largamente, atualizou seus apontamentos e leu praticamente tudo o que surgiu sobre o Brasil. (QUEIROZ, 2003, p. 116)

Com efeito, nessa vertente da historiografia sobre a escravidão, encontramos narrativas tecidas em meio à lógica de inferiorização das pessoas negras e escravizadas, ao defender uma suposta incorporação total da condição de *coisa* pelas pessoas escravizadas. Tal lógica argumentativa pode ser percebida em muitas das análises dos pesquisadores do tema. Identificadas e agrupadas em torno de Florestan Fernandes e da Escola Sociológica da USP. Dentre eles, Fernando Henrique Cardoso, cujo livro lançado na década de 1960, *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade*

⁹ Nota de Machado: E. D. Genovese, *Roll, Jordan, Roll*, sobretudo o item “On Resistance, pp. 597-598.

¹⁰ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão Negra em debate. In: Marcos Cezar de Freitas (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 111.

escravocrata do Rio Grande do Sul, se tornou uma referência à época. Sidney Chalhoub comenta em *Visões da Liberdade* (CHALHOUB, 1990, p. 43) a perspectiva inferiorizadora e coisificadora que preside a análise de FHC:

Do ponto de vista jurídico é óbvio que, no sul como no resto do país, o escravo era uma *coisa*, sujeita ao poder e à propriedade de outrem, e, como tal, “havido por *morto*, privado de *todos os direitos*” e sem representação alguma. A condição de coisa, entretanto, correspondia à própria condição social do escravo.

A reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente. Por um lado, tornava-se uma *peça* cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção, por outro lado, o escravo autorrepresentava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autonômica. Noutras palavras, o escravo se apresentava, enquanto ser humano tornado *coisa*, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos *senhores*. Os homens livres, ao contrário, sendo *pessoas*, podiam exprimir socialmente a condição de ser humano organizando e orientando a ação através de valores e normas criados por eles próprios. Nesse sentido, a consciência do escravo apenas registrava a espelhava, passivamente, os significados que lhe eram impostos.¹¹

Solange Pereira da Rocha (2009) destaca que Fernando Henrique Cardoso foi um dos intelectuais posteriormente mais criticados. Afinal, como vimos, defendia a coisificação total do/a escravizado/a, afirmando, inclusive, incapacidade de qualquer ação autônoma. Essa visão, predominante no segundo momento da historiografia da escravidão, foi prejudicial para uma maior compreensão da historicidade da escravidão negra no Brasil, principalmente em relação ao agenciamento das pessoas escravizadas em seu cotidiano social. A ênfase dada à violência e à condição de mercadoria, intrínsecas ao escravismo, sistema que torna homens e mulheres propriedade de outros homens e mulheres, acabou excluindo outras possibilidades de operação dos/as escravizados/as e mesmo impedindo o/a historiador/a de perceber outros agentes e espaços de ação e reação no interior das relações escravistas.

Felizmente, a historiografia da escravidão enveredou-se por outros caminhos e outras lógicas. A partir, sobretudo, dos anos 80, historiadores e historiadoras procederam a uma releitura do tema, deslocando posições e questionando a ideia de “coisificação”. Repensaram a dimensão da violência do sistema e as formas de agência das pessoas que foram escravizadas. Segundo esses novos olhares, apesar da violência, e também por

¹¹ CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 127.

conta dela, essas pessoas resistiram e reagiram também por outros meios, que não o de confronto explícito, criando formas alternativas de viver em uma sociedade que as tratava como mercadorias. Um estudo sob essa nova orientação foi o trabalho de Maria Helena P. T. Machado, *Crime e Escravidão*, publicado em 1987, tendo por base empírica um conjunto de processos judiciais. Machado priorizou estudos sobre o crime e a criminalidade como canal de acesso ao cotidiano de resistência dos/as escravizados/as, ainda imersos em situação de dominação. Nas palavras da historiadora:

O crime é abordado como mediação legítima (quer dizer, não desviante), estabelecida intergrupos e classes sociais, que assim expressam a realidade básica de suas vidas, a resistência ao sistema de dominação que condiciona suas existências e as tensões das relações sociais de produção. De acordo com essas novas concepções, ressurge renovado o conceito de crime social como ato de consciente resistência ao sistema de dominação material e ideológico, expressando as concepções das camadas dominadas a respeito do justo e do injusto e da importância de seu papel na construção da sociedade. (MACHADO, 2014, p. 34)

Sob a perspectiva da resistência e do protagonismo escravos, não obstante toda a violência e crueldade da escravidão brasileira, é que pensamos a possibilidade da existência de famílias de pessoas escravizadas. Essa existência pode ser interpretada sob a orientação desse momento revisionista da historiografia sobre a escravidão em que o enfoque é dado ao protagonismo dos/as escravizados/as, viabilizado pela negociação, tática percebida tal como defendido por Eduardo Silva e João José Reis em *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, livro publicado em 1989. Esses autores romperam com a visão maniqueísta presente na historiografia clássica sobre a escravidão, na qual as pessoas escravizadas eram vistas sob a perspectiva reducionista de heróis ou vítimas.

Os autores recusaram também a abordagem essencialista a-histórica que reduz a pessoa escravizada a alguém sem capacidade de atuação, de agenciamento, por conta de sua condição jurídica, de “peça, de propriedade” de outrem. Contribuíram, assim, para a desconstrução da perspectiva “coisificada” do/a escravo/a, ao investirem em sua historicidade, ou seja, como agentes de suas próprias histórias. Segundo os autores, no cotidiano da escravidão no Brasil, não apenas pelo confronto e/ou pela recusa explícita, mas também por meio da negociação ainda desigual entre escravizados e senhores, havia espaço para a conquista de melhores condições de vida, para expressar-se e sobreviver culturalmente e para elaborar táticas de luta e estratégias de sobrevivência

1.2 - A historiografia da família de escravizados/as no Brasil

Segundo Robert Slenes (1999), no Brasil, a historiografia sobre a família escrava se desenvolveu inicialmente sob forte influência da historiografia norte americana sobre o tema, particularmente as obras do sociólogo afroamericano E. Franklin Frazier¹². Em decorrência de uma estratégia política exigida naquele momento, o movimento negro norte americano procurava demonstrar a situação degradante em que viviam os afroamericanos. Nesse sentido, Frazier incorporou em sua análise muitos dos estereótipos que formavam o imaginário daquela época a respeito da família escrava e das próprias famílias de pessoas negras daquele momento. Essa estratégia foi muito importante para desarmar argumentos explicitamente racistas, pois atribuía questões de ordens sociológicas e históricas, e não biológicas/raciais, para explicar os problemas que enfrentavam os afroamericanos.

Essa estratégia também foi utilizada no Brasil. A partir dos anos 1950, em contraposição ao discurso paternalista e suavizado sobre a escravidão defendido por Gilberto Freyre, dentre o mais conhecido dos intérpretes, emerge uma nova vertente historiográfica que enfatiza justamente a violência intrínseca à escravidão e também mantida após o “fim” dela. Violência, essa, que reduz a pessoa escravizada à mera condição de mercadoria, de “coisa” que era comercializada, portanto não havia espaço para a existência de família escrava. Até a década de 1970, o discurso que predominou era o que pregava a ausência de valores familiares, enfatizava a promiscuidade nas senzalas, instabilidade e negava a existência de família escrava.

Caio Prado Júnior¹³ é um dos historiadores alinhados sob tal vertente. Em sua análise sobre a escravidão, defende que esta instituição promoveu uma profunda degradação moral e cultural, condenando o modo de produção escravista e seus legados para a sociedade. Sua análise materialista da história e da escravidão abriu trilhas para essa segunda vertente historiográfica, compartilhada por estudiosos da “Escola Paulista de Sociologia”, que, segundo a mesma lógica, aprofundaram suas análises na demonstração dos legados de marginalização, vitimização e apagamento histórico das pessoas escravizadas.

¹² FRAZIER, E. Franklin. *The negro Family in Chicago*. Chicago: The University of Chicago Press, 1932. e idem. *The Negro Family in the United States*. Nova York: Macmillan, 1939.

¹³ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983 (1942).

Um dos principais intelectuais dessa escola, Florestan Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classes* (1965), analisa os impactos do cativeiro sobre o trabalhador livre e negro. Robert Slenes, ao comentar esse estudo de Florestan Fernandes, destaca esse viés negativo do regime de trabalho escravo sobre a conduta moral, sexual e familiar dos/as escravizados/as, defendidos pelo sociólogo paulista:

(...) as duras condições da escravidão e, mais especificamente, o esforço dos senhores de “tolher e solapar todas as formas de união ou de solidariedade dos escravos” não apenas tornaram os grupos de parentesco extremamente instáveis, mas também destruíram as normas familiares dos cativos, deixando-os sem regras para a conduta sexual e sem um imperativo cultural que incentivasse a formação de unidades familiares ancoradas no tempo. Isso, por sua vez, teria tido um impacto profundo e duradouro na cultura dos negros e na sua experiência como pessoas livres. (SLENES, 1999, p. 39)

À luz do marxismo, nesta mesma obra, Florestan Fernandes desmistificou, com sucesso, o mito da democracia racial, discursivamente construído ao longo da historiografia brasileira informada pela matriz discursiva do IHGB do elogio à colonização portuguesa, cujo maior representante foi por certo Gilberto Freyre. Segundo a ideia de democracia racial brasileira, dado o caráter plástico e transigente da colonização portuguesa, formou-se uma sociedade em que as diferentes raças conviviam harmoniosamente, sem conflitos e rígidas hierarquias estabelecidas. Em *A integração do negro na sociedade de classes* (1965), Florestan Fernandes apresenta uma série de dados quantitativos e qualitativos que revelam a face da extrema desigualdade racial no Brasil, fruto dos mais de três séculos de escravidão negra. A violência da e na escravidão era dimensão e fato crucial em sua linha argumentativa. Solange Pereira Rocha (2009), ao analisar a obra de Gilberto Freyre, ressalta que o sociólogo pernambucano:

considerava os escravos parte da família patriarcal, entendida como uma relação de poder, na qual o senhor detinha toda a autoridade e domínio. Nesse tipo de família, os integrantes (esposa, filhos e netos, além dos agregados e escravos, dividiam o mesmo espaço físico) estavam todos sob a proteção do pai-senhor. As mulheres e os homens escravos não tinham nenhuma autonomia; eram considerados uma extensão dos segmentos “superiores”. (ROCHA, 2009, p. 37 e 38)

Portanto, no que concerne à organização familiar durante a escravidão, para Gilberto Freyre, o que temos é um modelo único, o da família patriarcal, agregado, amplo em que até mesmo os indivíduos escravizados, de ambos os sexos, faziam parte. Trata-se de uma organização familiar maior, cuja centralidade se encontrava na casa-grande, na figura do senhor de engenho. Segundo essa lógica, não haveria sentido mencionar a

existência de uma família escrava. Esse modelo da grande família patriarcal, da família extensa, que dizia respeito exclusivamente à organização familiar dos proprietários de engenhos do nordeste litorâneo e açucareiro foi, durante muito tempo, referência para a abordagem da organização familiar no Brasil, ao largo das evidências de outras formas, outros arranjos, outras vivências familiares.

Concomitantemente aos deslocamentos operados no campo historiográfico em geral, e no brasileiro em específico, no final dos anos 1970, esse modelo de organização familiar foi também questionado e criticado. Há uma preocupação em historicizar a experiência histórica, em se proceder a sua abordagem social do cultural, e vice-versa, de modo a uma melhor apreensão do objeto em toda sua complexidade, diversidade e multiplicidade históricas. Descubrem-se várias formas de organização familiar, dentre as quais a patriarcal, extensa, que não é a predominante.

Ao mesmo tempo, o movimento negro passou a contestar essa narrativa da violência absoluta que promovia uma “reificação objetiva e subjetiva”. Se, em um primeiro momento, a vitimização completa foi importante para atribuir um sentimento de culpa à população branca pelo passado escravista, ela se revelava problemática depois, na construção de auto estima das pessoas negras. Era preciso investir na capacidade de criação e agenciamento dessas pessoas. Não por acaso, nos anos 1970, ainda nos Estados Unidos, Eugene D. Genovese¹⁴ e Hebert G. Gutman¹⁵ utilizaram fontes documentais, como cartas escritas por escravos e registros demográficos, para demonstrar a existência de laços afetivos entre famílias de escravos/as, a valorização desses laços e a rede de relações entre escravos de família nuclear, intergeracional e extensa.

Na Europa, particularmente na historiografia social anglo-saxônica, o deslocamento quanto a objetos e perspectivas também se observa dentre a produção da nova história social, com os estudos de E. P. Thompson¹⁶ e sua proposta de historicização do processo de formação da classe operária. Um novo olhar foi dado às classes subalternas, que passaram a ser vistas como “ativamente engajadas com sua experiência, refletindo sobre elas a luz de sua cultura (e, no processo, reelaborando essa cultura) e

¹⁴ GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, Roll: the World the Slaves Made*. Nova York: Pantheon Books [Random House], 1974.

¹⁵ GUTMAN, Hebert G. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750 – 1925*. Nova York: Random House, 1976.

¹⁶ Sobretudo a partir de THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, 3 vols. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1ª ed. Inglesa, 1975]

tecendo estratégias de aliança e oposição no encontro com outros agentes históricos.” (SLENES, 1999, p. 48).

Na historiografia social francesa, da tradição dos *Annales*, iniciada por Marc Bloch e Lucien Febvre, a ampliação do conceito e uso das fontes, a inclusão de novos objetos, problemas e abordagens enriqueceu e alargou o campo historiográfico. A obra *História Social da criança e da família* (1960), de Philippe Ariés, marcou um novo olhar sobre a família. Com a emergência dessas possibilidades de leitura e escritas da história, com todo um repertório teórico, metodológico e temático, conceitual amparado e diversificado, incorporaram-se novos objetos, novos temas até então ignorados e/ou silenciados. A mudança do conceito de estratégia foi muito importante para os novos estudos sobre os grupos subalternos, antes esquecidos pela historiografia. Segundo Marileide Lazara Cassoli:

O conceito de estratégia adquire, diante desta discussão, uma importância fundamental para os estudos dos grupos subalternos. Privilegiar as percepções e ações dos atores sociais, nos espaços de conformação ou de confronto com as normas instituídas confere novos significados nas relações desses atores com uma dada realidade. As “estratégias” são compreendidas, desta forma, não apenas como os comportamentos ou as ações sociais bem sucedidos, mas, sim, como ações individuais ou de grupos, resultante de recursos próprios disponíveis em um dado contexto social. A reconstrução de redes de relações ou a identificação de escolhas específicas (individuais ou coletivas) possibilita que este conceito, reservado à análise da história das elites, seja estendido como recurso analítico para a reconstituição histórica das ações dos grupos subalternos. (CASSOLI, 2017, p. 29 e 30)

Ao reconhecer outras classes e atores sociais como igualmente dotados de historicidade, revelam-se as complexidades e nuances das relações sociais e de poder. Como bem avalia Machado:

Em outras palavras, impõe-se a revalorização dos saberes menores, no dizer de Michel Foucault, como fontes que abririam oportunidade para a delimitação de novo local de observação das relações sociais e de poder, deslocando a concepção deste último ponto de vista puramente institucional. A reavaliação do conceito de poder propicia seu encontro permeando a sociedade, habitando o cotidiano de forma relativamente autônoma, penetrando na vida dos indivíduos que com ele convivem, reproduzem ou resistem, produzindo inúmeras reações em cadeia que penetram no universo social¹⁷. (MACHADO, 2014, p. 32)

¹⁷ Aqui a Maria Helena Machado adicionou a seguinte nota: Sobre a questão do poder cotidiano, ver: M. Foucault, *Microfísica do Poder*.

O campo historiográfico incorporou, aos poucos e gradualmente, as mudanças operadas na historiografia europeia e norte americana em geral. A partir dos anos 1980 é visível a incorporação de objetos, problemas, abordagens, perspectivas, conceitos, nos domínios da história social e, nos anos 1990, da história cultural e política. A experiência de escravizados no Brasil é objeto de uma radical revisão, inclusive da família de escravizados/as. Segundo Robert Slenes (1999), os primeiros estudos reconhecendo a existência de famílias escravizadas no Brasil foram, respectivamente: um artigo de Richard Graham¹⁸ e um capítulo de sua tese¹⁹. Em seguida, surgiram alguns outros trabalhos de Iraci Del Nero da Costa, Francisco Vidal Luna, Horácio Gutiérrez e Stuart Schwartz. Em 1987, um número da revista *Estudos econômicos* foi dedicado à questão da família escrava. Nos anos seguintes, o número de pesquisas em torno dessa temática foi crescendo cada vez mais. Atualmente, não há como desconhecer a existência e legitimidade desses estudos.

Com a utilização das novas metodologias, como a micro-história e a demografia social, a maioria desses estudos considerou, inicialmente, a região do Sudeste, área de grande importação de cativos ao longo do século XIX, apontando para a existência significativa de laços de parentesco nessa região. Antes, a leitura colonizada dos relatos de viajantes europeus impedia e/ou obstaculizava considerar a possibilidade de estabilidade familiar em meio à dinâmica da mercantilização dos corpos dos escravizados, de ambos os sexos, próprio do regime escravista.

Em *Laços de família e direitos no final da escravidão* (1998), capítulo presente no segundo volume da coleção *História da Vida Privada no Brasil*, Hebe Mattos contribuiu para ampliação das subjetividades nas relações do cativo. A historiadora argumenta em seu estudo que, principalmente com a intensificação do tráfico interno a partir de 1850, tornou-se comum a circulação de direitos que haviam sido adquiridos por escravizados/as em suas regiões de origem, o que considera ser incompatível com a dominação escravista. Isso gerou entre essa população escravizada uma pressão criada a partir da noção de “cativo justo”. Se havia o “cativo justo”, haveria também aquele que era injusto, onde surgiam questionamentos das regras vigentes. Além disso,

¹⁸ GRAHAM, Richard. “A família escrava no Brasil colonial”, In: GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 41-57.

¹⁹ SLENES, Robert Wayne. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850 – 1888*. Tese de doutorado em história. Stanford University, 1956.

apresenta casos em que as famílias de escravizados/as faziam parte do cotidiano daquelas lavouras:

Não eram apenas os “feitores” que habitavam cabanas separadas das conhecidas senzalas em quadrado. A maioria dos cativos casados ou amasiados o faziam. Para conhece-los, podemos visitar, por meio de uma trágica história, Francisco e Generosa, ambos africanos, e seus três filhos adolescentes, na Paraíba do Sul, em 1867. Havia também Antônio, carpinteiro, africano como Francisco e Generosa, mas solteiro, que por algum tempo viveu na “casa” do casal. (MATTOS, 1998, p. 352)

A grande lavoura de café de Campinas do século XIX foi analisada por Robert Slenes em *Na senzala, uma flor* (1999). Segundo o historiador, Campinas é um caso paradigmático, pois, apesar e por conta de todos os empecilhos que foram criados para a formação de grupos de parentesco entre as pessoas escravizadas, estas não foram totalmente destituídas de instituição e normas familiares. Pelo contrário, na grande propriedade foi possível a formação e manutenção de famílias e redes de parentesco mais extensas. A explicação apontada por Slenes é que nas grandes propriedades havia mais facilidade em escolher ali um/a companheiro/a do mesmo domínio. Sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, com a interrupção do tráfico Atlântico e a crescente necessidade de mão de obra no Sudeste, essa demanda se ampliou. Uma vez que o escravo havia sido adquirido, dificilmente seria vendido novamente (SLENES, 1999). Os vínculos foram se solidificando entre a população escravizada. Houve um enraizamento dos laços familiares das redes de apoio mútuo.

Como se vê, a narrativa sobre o passado é um campo sempre em disputa. Os discursos historiográficos não são simplesmente derrotados e superados, mas estão em constante debate e movimento. Nesse permanente debate para estabelecer o regime de verdade acerca da história, da experiência histórica, não é incomum que historiadores que afirmem a expressividade de famílias entre pessoas negras escravizadas sejam avaliados e reavaliados consoantes critérios antigos ou novos. Tal como procedeu Jacob Gorender²⁰, historiador marxista da escravidão, ao nomear em seu livro *A escravidão*

²⁰ Em 1978, Jacob Gorender, historiador marxista, lançou *O Escravismo Colonial*. Neste livro, analisando de modo estrutural a escravidão no Brasil, Jacob Gorender busca entender a gênese da exploração capitalista no Brasil pré-1888. Caracteriza o sistema escravista brasileiro como extremamente violento, que, portanto, não abre possibilidade para negociações. Os anos 80 foram marcados por uma mudança interpretativa na historiografia sobre a escravidão, quando foram admitidas as possibilidades de negociação e de acomodação dentro desse regime de escravidão. A violência passou a ser relativizada e colocou-se em questão o fenômeno de coisificação do trabalhador escravizado. *A escravidão reabilitada*, livro publicado em 1990, é uma crítica de Jacob Gorender a essa historiografia dos anos 80. Caracterizada por ele como

reabilitada como neopatriarcais os estudos sobre escravidão da vertente revisionista dos anos 1980 em diante. Neopatriarcais, no sentido de que, ao negarem os clássicos impedimentos para a formação de famílias nos cativos, como estabilidade, capacidade reprodutiva, equilíbrio entre os sexos, privacidade, autores revisionistas estariam reafirmando o patriarcalismo de Gilberto Freyre. Segundo a avaliação de Gorender, haveria nos recentes estudos uma ideia de suposta brandura na escravidão brasileira, quando comparada à escravidão nos Estados Unidos²¹. Suely Robles Queiróz conclui seu texto *Escravidão negra em debate* parecendo concordar com Jacob Gorender, afirmando que os estudos até então “não permitem referendar conclusões taxativas sobre a expressividade da família escrava estável no Brasil” (QUEIROZ, 2003, p. 117).

Em desacordo com a posição de Jacob Gorender, entendemos que negar as possibilidades da existência dessas famílias em razão da objetificação das pessoas escravizadas, reduzidas a “coisas”, ou colocar essa existência sob suspeita por conta da visão neopatriarcal de quem a defende, é esvaziar toda a riqueza e diversidade da experiência de pessoas escravizadas. Afinal, apesar de estarem submetidas a um violento sistema coisificador, as pessoas negras e escravizadas eram, assim como os brancos, dotadas de humanidade e de capacidade de agir, lutar pela sobrevivência, criar estratégias e projetos de vida, de construir e transmitir memórias, ações que ultrapassavam sua mera condição de força de trabalho compulsório, apesar e por conta da violência a que estavam submetidas. Sobre as conclusões de Suely Queiroz (2003), concordamos com Solange Pereira Rocha, quando diz que:

Parece-me que a autora está muito presa ao tipo de família estabelecido pela classe dominante, na qual o casal, filhos e agregados co-habitavam um mesmo espaço e a figura masculina era central. Queiróz não reconhece a especificidade do parentesco de pessoas que tinham a condição escrava e viviam no sistema escravista, que detinham também tradição cultural diferente da européia, possibilitando a formação de relacionamentos parentais que iam além desse modelo familiar. (ROCHA, 2009, p. 44 e 45)

Nunca é demais reiterar que os autores dos estudos revisionistas acerca da escravidão e da família de escravizados não negaram a violência que perpassa o trabalho escravo e as relações sociais tecidas em meio a ele. Não houve uma negação e sequer uma

neopatriarcal, os historiadores e historiadoras dessa historiografia são acusados por ele de aproximar-se às interpretações de Gilberto Freyre e suavizar ou até mesmo negar a violência da escravidão brasileira.

²¹ Sobre o assunto, ver: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2002. Ed. 46.

diminuição da crueldade da escravidão por parte desses/as autores/as que defenderam a existência e expressividade da família de escravizados/as, pois a violência expressa nos modos diversos de impedimentos à formação e à estabilidade das famílias escravas eram reais e inerentes ao cotidiano desse (e de qualquer) sistema escravista. O que mudou foi o compromisso desses autores/as com o desafio de acessar e expressar a historicidade da escravidão, reconhecendo a existência de agentes sociais múltiplos, além de elucidar “uma política senhorial de domínio, antes desconhecida, que visa aproveitar-se dos anseios dos próprios escravos para torna-los mais vulneráveis.” (SLENES, 1999, p. 54)

Manolo Florentino e José Roberto Góes sustentaram em *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico. Rio de Janeiro: 1790-1850* (1997) que a formação de famílias era fator estrutural na manutenção e reprodução do escravismo. Segundo eles, os/as escravizados/as temiam ter suas famílias separadas e por isso não entravam em conflito com seus senhores, promovendo o que chamaram de “a paz das senzalas”. Robert Slenes discorda dessa avaliação ao argumentar que:

De fato, ao formarem tais laços, os escravos aumentaram ainda mais sua vulnerabilidade, transformando-se em “reféns”, tanto de seus proprietários quanto de seus próprios anseios e projetos de vida familiar. Isso não quer dizer, no entanto, que foram necessariamente impedidos de criar uma comunidade de interesses e sentimentos e virar um *perigo* para os senhores. Ao contrário, o refém normalmente tem motivos para identificar-se com outros na sua situação; e não faltam casos, na história de outros grupos subalternos – também, em certa medida, “reféns” de poderosos -, que encontraram o caminho da solidariedade (SLENES, 1999, p. 60)

Considerar que a presença dessas famílias possibilita a formação de uma comunidade de pessoas escravizadas que passam a representar um perigo para os senhores insere a perspectiva da família de escravizados/as enquanto um espaço de solidariedade e também de resistência. Essa comunidade apresenta e opera, no interior das fazendas, também como mais um espaço de mediação e negociação entre escravizados e senhores, entre os próprios escravizados, entre escravizados e feitores, entre escravizados e trabalhadores livres, no cotidiano social da escravidão. Significativamente, foi um importante elemento na (re)criação e preservação da cultura negra no Brasil (ROCHA, 2009; SLENES, 1999). Assim, parece-nos importante entender como se organizaram essas famílias durante a escravidão.

1.3 – Família, laços afetivos e espirituais entre escravizados/as

Na vertente revisionista da historiografia da escravidão, as famílias escravas ganharam visibilidade e inteligibilidade históricas. No presente estudo, reconhecemos como família “casais formalizados ou não pela Igreja, com ou sem filhos; filhos/as morando com seus pais ou mães, estes/as viúvas/os ou solteiras/os” (TEIXEIRA, 2001). Além disso, casais formados, aliados e entrelaçados por laços de parentesco afetivos, de proteção e de parentesco espiritual religiosamente construído (ROCHA, 2009). Enfim, famílias tais como pensado pela historiadora Solange Rocha:

No que concerne ao tema da vida em família, os vínculos são ampliados para além da família conjugal, sacramentada pela Igreja, valorizando as relações consensuais e o parentesco espiritual. Esta última relação envolve, no mínimo, o estabelecimento de alianças entre duas famílias com o compromisso de proteção e respeito entre pessoas de mesmo *status* ou de diferentes condições econômicas, e ganham espaço também o grupo familiar composto pela criança e um membro (mãe ou pai), as denominadas famílias monoparentais (ROCHA, 2009, p. 38 e 39).

O casamento, ao ser sacramentado pela Igreja, autorizou a junção carnal entre um homem e uma mulher, para fins reprodutivos. Ainda que tema de união carnal e da reprodução fosse tratado com reservas pela Igreja Católica, ela formalmente colocou-o sob sua alçada, regulamentando-o e sacralizando-o. Com o Concílio de Trento, no século XVI, o casamento finalmente passou a ser um ato religioso de responsabilidade e administração da Igreja Católica. Já nos primeiros momentos da expansão portuguesa na América, em razão do regime de Padroado,²² a presença da Igreja Católica definia os rumos religiosos e espirituais da colonização. A obra artística *Primeira Missa no Brasil*, pintada em 1861 pelo artista Victor Meirelles,²³ demonstra a presença da Igreja Católica e o caráter religioso da colonização. O catolicismo – e todo o modo de vida orientado por ele – seria imposto aos diferentes grupos étnico-raciais e culturais que viriam a compor o quadro social da Colônia e Império Brasileiro.

Por meio da religião, argumentou-se a legitimidade da colonização e escravização de povos não-brancos. Foi responsabilidade da Igreja Católica e da colonização

²² O Padroado foi um regime em que os monarcas ibéricos eram também responsáveis pela administração, organização e expansão da Igreja Católica em seus domínios.

²³ O quadro é uma leitura do episódio de 26 de abril de 1500, em que uma missa foi realizada nas terras recentemente “descobertas”. Atualmente o quadro encontra-se exposto no Museu Nacional de Belas Artes, na cidade do Rio de Janeiro.

portuguesa a libertação do estado de “pecado” em que viviam esses povos. Os habitantes da América Portuguesa nasciam, cresciam, casavam-se e morriam imersos nos dogmas e rituais religiosos administrados pela Igreja (ROCHA, 2009). Essa presença constante e vigilante era autorizada pelo estatuto do Padroado que estabelecia o compartilhamento da obra colonizadora entre Estado e Igreja. Estes dividiam funções administrativas e espirituais, e ficava a cargo das paróquias a produção de dados estatísticos sobre a população. Participar dos rituais, sacramentos e comungar estava além da vivência religiosa, era ter acesso (ou pelo menos a possibilidade de acesso) a direitos e serviços oferecidos pelo Estado.

Ao analisar o caso de três freguesias da Zona da Mata, na Paraíba, ao longo do século XIX, Solange Pereira Rocha encontrou uma grande variedade de arranjos de casamentos entre pessoas negras, que escapam ao modelo da família patriarcal. Nesses arranjos, as mulheres negras exerceram um papel de destaque, evidenciado no predomínio das famílias monoparentais, construídas por mãe e seus filhos. Afinal, foram as mulheres negras, escravizadas, forras ou livres, que tiveram mais condições de estabelecer os vínculos parentais nos espaços interiores ou exteriores às propriedades senhoriais. Segundo aquela historiadora:

Muitas, certamente, tiveram de vestir as máscaras do bom comportamento e da humildade para a conquista da liberdade. Enfim, como afirmou Mattos (1998, p.126), o estudo desse grupo social passa, necessariamente, pelas mulheres da senzala; foram elas que tiveram mais condições de estabelecer os vínculos parentais (consanguíneos e espirituais), tanto no espaço do engenho (casa-grande e na senzala) quanto no espaço externo às propriedades onde viviam. (ROCHA, 2009, p. 206)

Para a comunidade cristã e católica, no centro de todos os sacramentos, ainda hoje, está o batismo. Sendo o sacramento mais importante, é a partir dele que se dá início à vida cristã e que o indivíduo se livra do “pecado original” herdado de Adão e Eva. Ao batizar uma criança, ou frequentemente adulto, no caso dos africanos traficados e escravizados no Brasil, era necessário escolher quem seriam os padrinhos, aqueles que deveriam exercer o dever de zelar pela criança, com responsabilidades materiais e imateriais. Na prática, a cerimônia de batismo estabelece uma relação de parentesco espiritual. Segundo Solange Pereira Rocha:

Os segmentos das populações da Zona da Mata da Paraíba, como do resto do Brasil, não cumpriam as leis eclesiásticas tal qual propostas pelos religiosos e imprimiram novos sentidos à prática religiosa:

valorizaram a dimensão social de rito católico, como o batismo que vinculava pessoas de diferentes famílias, estabelecendo a relação de compadrio, cuja principal característica seria a criação de alianças entre duas ou três famílias, com o compromisso de proteção e respeito entre pessoas do mesmo ou de diferentes *status*. (ROCHA, 2009, p. 221 - 222)

Ainda de acordo com aquela historiadora, pessoas escravizadas, em diversas localidades do Brasil, preferiram estabelecer relações de compadrio com pessoas livres que não fossem seus proprietários. Essa era uma forma de se aproximar do universo das pessoas livres, em busca de possíveis apoios e até mesmo favores que poderiam ser solicitados. Tais relações também tinham em vista investir em possibilidades futuras de conquista de liberdade (ROCHA, 2009). Segundo Schwartz, o compadrio era visto como uma “dimensão social fora da estrutura da Igreja. Podia ser usado para reforçar laços de parentesco já existentes, ou solidificar relações com pessoas de classe social semelhante, ou estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais”²⁴.

A prática de compadrio realizada por meio do batismo, sobretudo de crianças escravizadas ou ingênuas, configura, portanto, mais uma das formas de formação de *comunidade* tal como apontado por Robert Slenes (1999). Para esse historiador, o sentimento de pertença que envolvia os integrantes de uma comunidade de pessoas negras, escravizadas, alforriadas e/ou livres, foi importante para o fortalecimento do grupo e de seus projetos de liberdade e de autonomia. Viver em comunidade possibilitou àqueles que estavam no cativeiro uma ampliação de seus laços familiares, criando possibilidades de acesso à liberdade – para si ou para filhos/as – ou até mesmo condições melhores e mais seguras de sobrevivência em meio à violência da escravidão. A população negra, escravizada ou não, teve de reinventar-se ao longo de mais de três séculos para sobreviver. Depois da abolição, o desafio da reinvenção continuou, como afirma Solange Pereira Rocha, ao estender a experiência da Paraíba para todo o Brasil:

Com as evidências históricas é possível visualizar uma imagem nas três freguesias da Paraíba, na qual escravizados e pretos livres, mesmo inseridos no universo do trabalho (para os primeiros, compulsório, para os segundos, quase sempre, na condição de dependente) não deixaram de construir sociabilidades, a partir do batismo e compadrio, em que novas práticas sociais foram ajustadas ao código do europeu católico, que lhes permitiram sobreviver da melhor forma possível, se juntando aos livres (pobres e não tão pobres), aos libertos e a outros negros de variados matizes na (re)criação de lugares sociais na ordem escravista, e graças a sua capacidade de “adaptação criativa” conseguiram manter-

²⁴ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2001. p. 266

se fisicamente e (re)inventar-se culturalmente, no território da Paraíba e em todo Brasil. (ROCHA, 2009, p. 259)

Embora vejamos com ressalvas as análises generalizantes e também reconheçamos os riscos envolvidos na ampliação de qualquer estudo específico de uma dada sociedade em dado momento para todo o país, não há como não concordar com a autora de que as práticas de batismo e de compadrio foram possibilidades abertas à construção de sociabilidades. Também não há como discordar dela quanto à capacidade de “adaptação criativa” da população negra, escravizada ou não, na ordem escravista. Todavia, o ímpeto generalizante e generalizador pode manter invisíveis e silenciadas experiências outras de escravizados/as dentro e sob a ordem escravista. Principalmente naquelas regiões distanciadas e desatreladas do circuito produtivo, baseado na casa grande e senzala ou nas grandes fazendas produtoras de café e/ou outras produções agrícolas para exportação.

Essa “adaptação criativa” incluiu a adoção de crenças e rituais católicos que foram verticalmente impostos, mas adaptados às necessidades da realidade escravista brasileira e sobretudo do repertório cultural e religioso afro-brasileiro. Uma adaptação e mesmo certo paralelismo religioso praticado pelas pessoas negras, sobretudo, mas não somente as escravizadas, como estratégia política de manutenção e criação de laços sociais e identitários.

Desde a proibição do tráfico atlântico de pessoas escravizadas na segunda metade do século XIX, com a intensificação do tráfico interno de pessoas, houve também uma maior circulação de ideias, práticas e costumes de diferentes regiões escravistas do Brasil. Hebe Mattos, em *Laços de família e direitos no final da escravidão* argumenta que, em meio a esse processo de difusão dessas ideias, práticas e costumes, passou-se a difundir também direitos que foram conquistados pelas pessoas escravizadas nas suas regiões de origem, promovendo a ideia de “cativeiro justo”:

O tráfico interno traria consigo a possibilidade de generalizar uma concepção de “cativeiro justo”, que apenas aparentemente reforçaria a legitimidade da dominação escravista. A noção de um “cativeiro justo” ou do bom senhor em primeira análise está reconhecendo a própria legitimidade da instituição escravista. Trata-se de discutir as condições de seu funcionamento e não o direito de propriedade sobre seres humanos. Apenas essas noções só assumem tal papel se são construídas com base no reconhecimento da primazia do senhor. A universalização de um padrão de comportamento senhorial pressuporia o reconhecimento de direitos (também universais) aos escravos, o que, em si, é incompatível com a dominação escravista. Os escravos

negociados no tráfico interno, ao propugnar a efetivação de práticas costumeiras vigentes em suas regiões de origem, questionavam o poder de reinterpretar, como concessão seletiva do arbítrio senhorial, o acesso a recursos que permitissem maior autonomia no cativeiro, como também perspectivas, mesmo que remotas, de acesso à liberdade. Ao fazê-lo, punham em xeque as bases de reprodução da dominação escravista.” (MATTOS, 1998, p. 356 e 357)

Entendemos, assim, que a formação de famílias de escravizados/as não promoveu um apaziguamento das tensões existentes no interior das fazendas, mas campos de batalha, de luta, em que as tensões se mantinham alimentadas pelas forças em disputa. Afinal, a noção de direito conquistado conferia à pessoa escravizada, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, uma condição que, em teoria, como afirma Hebe Mattos, seria incompatível com a dominação escravista e geraria disputas e tensões no seu centro. No mesmo sentido, tal como defendido por Slenes:

O que emerge desse enfoque é a família como centro de “um projeto de vida”. Essa família-projeto, entretanto, não configura uma “brecha” camponesa que permita uma pequena autonomia ao cativo, enquanto reconfirme a impugnabilidade da muralha escravista. Ao contrário, é um campo de batalha, um dos palcos principais, aliás, em que se trava a luta entre escravo e senhor e se define a própria estrutura e destino do escravismo.

A “família cativa”, no entanto, não se reduzia a estratégias e projetos centrados em laços de parentesco. Ela expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas “esperanças e recordações”; ou melhor, ela era apenas *uma* das instâncias culturais importantes que contribuíram, nas regiões de plantation do Sudeste, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos. (SLENES, 1999, p. 59)

A “família cativa” da província de Minas Gerais apresenta-se, na pesquisa feita, como “centro de um projeto de vida”. Foi um dos espaços principais em meio ao qual foram tecidas alianças, estratégias de luta, de sobrevivência e também de arranjos matrimoniais de laços de família.

CAPÍTULO II: Sob o império das leis: regulamentação e o reconhecimento da família de escravizados/as

2.1 - O Estado e a família de escravizados/as

O reconhecimento legal da existência de famílias entre as pessoas escravizadas ocorreu graças a um conjunto de leis aprovadas a partir do ano de 1869, com o Decreto nº 1.695, de 15 de setembro daquele ano. Sancionado pelo Imperador, trata-se de um texto pequeno, cujo objetivo principal era o de proibir os leilões de pessoas escravizadas - prática extremamente humilhante que costumava acontecer em praças públicas. Mas não somente, e com maior importância para o presente estudo, aparecem no segundo artigo os primeiros esforços do Estado Imperial em garantir mínima estabilidade à família de escravizados/as:

Art. 1º Todas as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição publica, ficão prohibidas. Os leilões commerciaes de escravos ficão prohibidos, sob pena de nullidade de taes vendas e de multa de 100\$000 a 300\$000, contra o leiloeiro, por cada um escravo que vender em leilão. As praças judiciais em virtude de execuções por divida, ou de partilha entre herdeiros, serão substituidas por propostas escriptas, que os juizes receberão dos arrematantes por espaço de 30 dias, annunciando os juizes por editaes, contendo os nomes, idades, profissões, avaliações e mais caracteristicos dos escravos que tenham de ser arrematados. Findo aquelle prazo de 30 dias do annuncio judicial, o juiz poderá renovar o annuncio por novo prazo, publicando em audiencia as propostas se forem insignificantes os preços offerencidos, ou se forem impugnados por herdeiros ou credores que requireirão adjudicação por preço maior.

Art. 2º Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é prohibido, sob pena de nullidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 annos.²⁵

Falamos de esforços do Estado, orientado pelo seu projeto de modernização do país, que incluía abolir gradualmente a escravidão, e não como fruto de uma visão humanitária da classe política em relação à pessoa escravizada. Ao longo deste capítulo, em diálogo com alguns autores e autoras, buscamos historicizar o evento, atentando para algumas das intencionalidades apresentadas nos debates em torno da Lei do Ventre Livre, pensando as relações de poder e de saber que envolviam esse dispositivo legal, bem como a organização de famílias escravas.

²⁵ BRASIL, Decreto nº 1695, de 15 de setembro de 1869. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html>> Acesso em: 07/06/18

Entendemos a lei como um fenômeno social, tal como pensada por Ademir Gebara na introdução de seu livro *O mercado de trabalho livre no Brasil* e compartilhada por nós. Segundo o historiador:

(...) a lei não pode ser estudada como um fenômeno passivo, que existe apenas como uma mera consequência de uma dada formação social. A lei constitui uma força ativa na mediação entre as classes, sendo também uma força parcialmente autônoma, na qual as reivindicações dos dominados devem ser, necessariamente, acomodadas. (GEBARA, 1986, p.12)

Perspectiva, essa, sintonizada também com as reflexões de E. P. Thompson e E. D. Genovese, historiadores, tal como Gebara, comprometidos com uma concepção de lei percebida não apenas como um:

fenômeno estrutural que “encobre”, “reflete” ou “mascara” as relações sociais. Acima de tudo, é um fenômeno que tem sua própria história, e nessa medida, constitui-se em um fenômeno ativo, no sentido de que pode provocar mudanças no comportamento social. (GEBARA, 1986, p.12 e 13)

Ao compartilhar a ideia de que toda lei tem “sua própria história”, estamos atentando para o fato de que há intenções políticas não necessariamente humanitárias que motivaram a aprovação desse dispositivo legal que reconhecia e amparava famílias de escravizados/as. Igualmente reconhecemos o poder de agência dessas famílias em seus esforços para não serem separadas. Assim, interpretamos essas leis também como uma possibilidade de exercício de agenciamento das pessoas integrantes do núcleo familiar em busca da manutenção da estabilidade e consolidação de suas famílias.

2.2 - A política de abolição

Luiz Felipe de Alencastro define o escravismo no império não como uma herança colonial ou um vínculo com o passado, mas como um compromisso para o futuro. O império adaptou a realidade da escravidão à lógica do direito moderno (ALENCASTRO, 1997). Foi a partir do Segundo Reinado que o Estado brasileiro passou a se demonstrar mais inclinado às demandas dos movimentos abolicionistas pelo fim da escravidão. Afinal, naquele momento éramos vanguarda no atraso. Mantínhamos uma instituição moralmente condenada e por isso havia a pressão externa. Ao mesmo tempo havia também uma demanda interna por mão de obra escravizada.

Toda a estrutura escravista da sociedade brasileira oitocentista foi construída e funcionava em meio a um intrincado jogo político que articulava vida privada e esfera pública. Assim como afirma Alencastro:

A vida privada brasileira confunde-se, no império, com a vida familiar. No processo de organização política e jurídica nacional, a vida privada escravista desdobra-se numa vida privada preta de contradições com a ordem pública. Funciona como uma dualidade: o escravo é uma propriedade particular cuja posse e gestão dependem da garantia da autoridade pública. (ALENCASTRO, 1997, p. 16)

É por isso que o conjunto de leis visando o fim da escravidão implementado a partir do Segundo Reinado é importante para se entender a relação do Estado (a ordem pública) com os proprietários, no exercício de seu poder privado. Segundo José Murilo de Carvalho (1988), foi exatamente essa política de abolição a responsável pela queda do Império. A Lei do Ventre Livre de 1871 estaria no centro de todo esse processo, vista pelo historiador como a primeira clara indicação do divórcio entre o rei e os barões (CARVALHO, 1988).

Podemos localizar em 1807 o início da pressão externa pelo fim da escravidão, com a proibição do tráfico negreiro na Inglaterra e o início de uma campanha desse país pela eliminação desse regime de trabalho nos países que o adotavam, dentre eles, o Brasil. O papel da Inglaterra no reconhecimento de nossa independência nos colocou em posição delicada em meio a essa pressão, pois precisávamos de seu apoio econômico, político e diplomático. Em 1831, após um tratado firmado entre Brasil e Inglaterra, o Brasil instituiu uma lei proibindo e declarando pirataria o tráfico negreiro. Porém, foi literalmente uma *lei para inglês ver*. O Estado não se empenhou em fazer-se cumprir a lei e o tráfico continuou ocorrendo externa e internamente

Em meio ao movimento de constante aumento da pressão inglesa, foi instituído o *Aberdeen Act*, em 1845. A lei autorizava a marinha inglesa a prender navios suspeitos de traficar africanos escravizados no oceano Atlântico, o que levou à forte presença da marinha inglesa fiscalizando o litoral brasileiro. Na política nacional, a subida dos conservadores ao poder em 1848 acirrou a pressão dos liberais contra a interferência inglesa nos assuntos do país, particularmente na questão do trabalho escravo. O gabinete conservador de Euzébio de Queiróz enfrentou a oposição ao apresentar um projeto de lei de extinção do tráfico negreiro, atendendo às pressões inglesas, encaminhando a política imperial abolicionista, sob a condução dos conservadores. Segundo Euzébio, os

compradores de escravos seriam julgados pelo júri. Na prática, significava a legalização da propriedade sobre os escravizados importados (CARVALHO, 1988) e a manutenção dos privilégios dos proprietários, que seriam facilmente anistiados, porque um júri popular seria formado por brasileiros comprometidos, direta ou indiretamente, com o trabalho escravo. Já os traficantes seriam julgados pela auditoria da Marinha, o que indicava maior repressão. Muitos dos traficantes foram presos e alguns deportados.

Depois de tensos debates, o projeto foi aprovado e se tornou lei em 1850. Alguns grupos acusaram o governo de ter cedido às pressões externas, prejudicando a soberania nacional. Esse argumento foi rebatido por Euzébio de Queiroz, alegando que a intervenção inglesa somente havia aumentado o tráfico e dificultado o processo de aprovação da lei, principalmente ao mobilizar a bandeira nacionalista pela continuidade do tráfico em nome da soberania nacional. Porém, é inegável o papel da Inglaterra nesse processo.

Em relação ao esforço de aplicação da lei, Jose Murilo de Carvalho atribui ao Estado um papel central. A efetividade da lei somente pôde acontecer por conta da ação política do regresso, iniciada na década de 1840, que devolveu ao governo a centralidade do poder que havia sido perdida com a Regência. Segundo ele:

O fato de não ter sido retomado o tráfico certamente se deveu à ação do governo, pois não faltaram tentativas. Para esta ação foi fundamental a vontade e também o poder. E o poder tinha sido acumulado pelas reformas centralizadoras de 1840 e 1841, sobretudo pela criação dos chefes de polícia e respectivos delegados, pelo fortalecimento dos juízes de direito e pelo maior controle sobre as autoridades provinciais. (...) Ironicamente, foi o odiado regresso conservador que tornou possível executar a política liberal de extinguir o comércio negreiro. (CARVALHO, 1988, p. 302)

Depois de 21 anos do fim do tráfico negreiro, fonte principal de fornecimento externo de mão de obra escravizada, o Estado deu continuidade à sua política gradual e controlada de fim do trabalho escravo no país. Essa foi a estratégia adotada pelo governo imperial de modo a assegurar sua política de centralidade do processo abolicionista, sem riscos grandes à ordem social, ao direito de propriedade da classe senhorial, que teria tempo para ir substituindo gradualmente a mão de obra escravizada nas lavouras e indústrias. Em 1871, a Lei do Ventre livre foi de iniciativa da Coroa, em conjunto com um gabinete conservador, apoiada na imprensa pelos abolicionistas e parte dos liberais (CARVALHO, 1988). Além disso, não há como negar o temor das elites do que poderia fazer a população escravizada. A exemplo do que ocorreu na Revolução Haitiana, havia

um medo generalizado entre os proprietários do século XIX. Muitos libertavam aos poucos seus escravos na tentativa de manter o exercício de sua autoridade e a relação de dominação sobre essas pessoas.

Nas discussões do Conselho de Estado ficou clara a percepção dos perigos potenciais, para uma segurança interna, de uma ausência de decisão quanto ao problema escravo. A abolição, embora ferindo interesses econômicos importantes, era mal menor diante das profundas perturbações da ordem que poderiam advir de um adiamento da decisão, como indicavam os exemplos de outros países. (CARVALHO, 1988, p. 314)

A última fase do processo de abolição foi marcada e demarcada pela participação popular, por meio de organizações abolicionistas. Ao longo de todo esse processo, principalmente no Segundo Reinado, o governo demonstrou-se favorável às medidas abolicionistas, em detrimento dos proprietários, que em todas as fases do processo se apresentaram desfavoráveis. Em 1885 foi aprovada a Lei dos Sexagenários,²⁶ que declarava livres as pessoas escravizadas com mais de sessenta anos. Em maio de 1888, somente nove deputados, dos quais oito eram do Rio de Janeiro, foram contrários à abolição. A adesão final dos proprietários se deu pela percepção do fim inevitável da escravidão, tentando manter a empatia daqueles que seriam libertados. E sobretudo a relação de domínio da classe senhorial, que, em sua maioria, antecipou-se à ação do Estado, concedendo alforria aos seus escravizados. Como avalia Carvalho: “A escravidão foi tida até o final como economicamente compensadora e a opção pela mão de obra livre era feita mais pela certeza do fim inevitável do braço escravo do que pela crença em sua ineficiência.” (CARVALHO, 1988, p. 321)

Durante seu governo, Dom Pedro II fez uso da concessão de títulos nobiliárquicos, em especial o de baronato, como uma tentativa de aproximação da monarquia com os proprietários e compensação pelas perdas dos proprietários diante da política abolicionista imperial. Com o processo de implementação das leis abolicionistas, esta passou a ser mais uma forma de compensação do que de cooptação (CARVALHO, 1988). Porém, esta política não se demonstrou suficiente para garantir lealdade das elites proprietárias. Em 1889, pouco mais de um ano após a Lei Áurea, foi aplicado o golpe republicano e declarado o fim do império no Brasil.

²⁶ BRASIL, Lei nº 3270, de 28 de setembro de 1885, disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=545046&tipoDocumento=LEI-n&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 05/05/2018.

2.3 - A pressão externa

Na década de 1860, o Brasil era um dos últimos países ocidentais a manter a instituição da escravidão e o que caminhava a passos mais lentos para sua abolição definitiva. A pressão pela abolição não era só interna, mas também de intensa campanha e grande pressão internacional. Ademir Gebara, em seu livro *Mercado de trabalho livre no Brasil* (1986), apresenta brevemente a relação conflituosa entre o Brasil e a Inglaterra em torno da questão da emancipação das pessoas escravizadas ao longo do século XIX.

Não por acaso, mesmo antes da Independência formal em 1822, com a vinda da Corte Portuguesa em 1808, foram firmados vários acordos entre Brasil e Inglaterra, a fim de garantir a extinção do uso de trabalho escravo, em reciprocidade pelo apoio inglês por ocasião daqueles dois eventos. Inseridos em um contexto maior de tensões entre os dois países, os tratados de 1810, renovado em 1825, foram objeto de muitas críticas, denúncias e confrontos entre interesses ingleses e “brasileiros”. Em alguns momentos, a relação se tornou mais tensa e conflituosa, como quando dos rompimentos diplomáticos do ano de 1863 ao ano de 1865. Porém, após algumas mudanças na forma da condução política da Inglaterra em relação ao Brasil, as relações entre os dois países foram reatadas²⁷.

A década de 1860 – 1870 também foi tensionada por conta da Guerra do Paraguai (1864 - 1870)²⁸. O conflito foi um dos motivos apresentados pelo Brasil – e aceitos pela Inglaterra – como justificativa para o não cumprimento de acordos previamente estabelecidos, entre eles, o atraso de debates sobre a o fim da escravidão (CARVALHO, 1988). Além disso, devido ao alistamento massivo de pessoas escravizadas no exército brasileiro, a Guerra suscitou expectativas de liberdade junto àqueles escravizados que haviam combatido o inimigo comum, aglutinando pessoas em torno do debate sobre a questão da abolição da escravidão. Tornou-se mais visível a contradição operada com a convocação e utilização das pessoas escravizadas na Guerra contra o Paraguai em defesa da liberdade. Incitou, assim, um sentimento disseminado de luta pela liberdade entre os escravizados, que, como forma de resistência, já haviam criado durante a guerra inúmeras estratégias para conseguir a liberdade.

²⁷ Sobre a pressão Inglesa no processo de abolição da escravidão no Brasil, ver GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 34 – 43.

²⁸ Sobre a relação da Guerra do Paraguai e o debate sobre abolição, ver GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.p. 43 – 49.

Por mais que à época a oposição liberal e nacionalista tenha utilizado em sua crítica o argumento de que D. Pedro II estaria puramente cedendo às pressões externas ao dar início ao processo de discussão do projeto da lei do Ventre Livre, é importante ressaltar que tal política não exclui nem diminui a importância de outros fatores atuantes na proposição e aprovação das leis abolicionistas. Assim, como afirma Gebara (1986, p.41), “concluir que o governo brasileiro tomou atitudes sob pressão não significa, necessariamente, dizer que o problema foi tratado apenas devido àquelas pressões”. Existiam, é claro, outros interesses, alianças, demandas e projetos em jogo.

A importância de historicizar a face legal desse processo reside justamente em mostrar a diversidade de atores, a complexidade das forças, interesses e dinâmicas envolvidos no debate sobre o ventre livre. Historicizar, isto é, refazer o percurso da experiência histórica, buscar as mediações entre pensamento e ação, entre prescrito e o vivido (MUNIZ, 2017), parece-nos ser a melhor orientação para pensar e escrever sobre tal experiência, a criação e aprovação da Lei do Ventre Livre, sobre o aspecto legal do processo abolicionista. Trata-se de um exercício, de um esforço em acessar a historicidade dessa lei, cujo “percurso se constrói no exercício mesmo da investigação empírica, sem riscos de aprisionamento a esquemas prévios, a modelos explicativos” (idem, *ibidem*).

Sob tal orientação, entendemos a exigência de se ampliar o olhar, de não encarar a postura abolicionista de alguns agentes unicamente como aspecto de sua modernidade, ou de sua benevolência, de seu humanitarismo em relação ao sofrimento da população negra escravizada no Brasil. Com efeito, a orientação delineada desde o projeto inicial da referida lei ressaltava justamente não os males que a escravidão gerava para pessoas escravizadas, mas para quem escraviza. Ou seja, mesmo sendo as pessoas escravizadas inegavelmente as principais afetadas pela escravidão, no entanto, os interesses dos proprietários é que compunham o centro dos argumentos a favor e contra a abolição (CHALHOUB, 2003. p.141).

2.4 - A Lei do Ventre Livre: os debates

O processo de criação e aprovação da Lei do Ventre Livre envolveu acalorados debates dentro e fora do Parlamento, no espaço das ruas, praças, mercados, bares e teatros. A primeira movimentação se inicia em 1850 e 1852, quando o deputado Silva Guimarães apresentou um projeto que, dentre outras coisas, regulamentava o ventre livre. Seu projeto foi ignorado e nem chegou a ser discutido (CARVALHO, 1988). A segunda

movimentação começa no final do ano de 1865 por iniciativa da Coroa, quando dom Pedro II solicitou a José Antônio Pimenta Bueno²⁹ que realizasse pesquisas e elaborasse um projeto que visasse à emancipação³⁰ gradual, com indenização, da população escravizada. Em janeiro do ano seguinte, já estava concluído o trabalho e foi entregue ao presidente do Conselho, o Marquês de Olinda.

O decreto de 1869 não foi o único responsável pelo reconhecimento legal da existência da família de escravizados/as e pela criação de dispositivos para impedir a separação de seus membros. A Lei nº 2.040, de 15 de setembro de 1871, que regulamentou o assunto, estabelecia entre seus artigos a proibição de separação da família, em consonância com o que havia sido estabelecido de modo geral pelo decreto de 1869. Ao ser regulamentada, a medida teve grande impacto e circulação, o que aponta para sua demanda. Em nossa pesquisa, percebemos que haviam diferentes interesses em jogo nos debates da Lei do Ventre Livre, expressos nos diferentes projetos sobre a emancipação do ventre escravizado.

O posicionamento de importantes atores políticos nos debates da década de 1860 é uma evidência que não deve ser ignorada no estudo da emancipação por meio do ventre livre. Machado de Assis é um daqueles atores que, além de escritor, teve um importante papel no debate acerca da abolição da escravidão brasileira. Atuou como espécie de fiscal no cumprimento da Lei do Ventre Livre e em suas obras teceu várias críticas à escravidão, como mostra-nos o consistente estudo feito por Sidney Chalhoub em seu livro *Machado de Assis, Historiador* (2003).

Segundo aquele historiador, a postura de Machado de Assis nos debates e discussões em torno da aprovação indica-nos que “não havia saída para o problema da escravidão *por dentro* das relações instituídas entre senhores e escravos” (CHALHOUB, 2003. p. 137). Ou seja, o grau de consolidação e de internalização de tais relações estabelecidas nos âmbitos doméstico e privado – e, portanto, intocáveis – era tamanho e

²⁹ Pimenta Bueno, Visconde de São Vicente, foi uma grande figura política do Partido Conservador, durante o governo de Dom Pedro II, sendo um de seus Conselheiros mais próximos. Ao longo de sua extensa carreira política, foi agraciado com o título de marquês, tendo sido senador e diplomata.

³⁰ Veja que emancipação, segundo apresenta Edison Carneiro em sua comunicação no CEAO, no ano de 1971, era visto como uma forma de acostumar o escravizado progressivamente com a liberdade, diferentemente de abolição. “Emancipar seria preparar o escravo paulatinamente para a liberdade; abolir seria cortar de vez, e de um só golpe, os laços ultrajantes da escravidão.” (CARNEIRO, E., 1971, p. 14)

tão disseminado que a saída da escravidão somente seria possível por meio da intervenção do Estado. Segundo Chalhoub,

Era preciso intervir nas relações entre senhores e escravos e promover a superação da instituição da escravidão, enfrentando decididamente os interesses sociais e econômicos que ainda a sustentavam. (CHALHOUB, 2003. p. 137).

A manutenção da instituição da escravidão operada por meio de uma dinâmica que se encerrava nos limites das relações privadas é visível nos debates. Quaisquer intervenções que pudessem ser feitas nessas relações eram vistas como uma limitação ao poder senhorial, como uma ingerência do Estado Imperial nos assuntos privados. Não por acaso, os debates em torno do projeto que deu origem à Lei 2.040/1871 expressam conflitos de interesses entre a classe proprietária, entre essa classe e a política imperial de abolição. Naquela, pelo menos em sua grande maioria, observa-se sua tenaz resistência à aprovação da lei, procurando adiar ao máximo a abolição do trabalho escravo. Conseguir o apoio e aprovação do projeto exigiu negociações e concessões por parte do governo, alterando bastante a proposta original que fundamentava o projeto.

Desde o início, a justificativa que fundamentou a proposta elaborada por Antônio Pimenta Bueno era de recusa a uma abolição total e imediata. No geral, sustentava-se que a população escravizada não teria, ainda, “condições de exercer as graves funções do cidadão” e que se tornariam “vagabundos”. Além disso, havia o temor de que perturbaria toda a produção do Brasil e arruinaria as finanças do país (CARVALHO, 1988). Portanto, todo esse processo de emancipação deveria ser devidamente vigiado e controlado (GEBARA, 1986, p. 53) (PERUSSATTO, 2009, p. 91).

Segundo esta ótica autoritária, racista e escravocrata, os/as escravizados/as não teriam capacidade de lidar positivamente com a liberdade e seriam, potencialmente, em função de seu estatuto de escravizado, e sobretudo a condição racial, “vagabundos” e “criminosos” depois que se tornassem livres. Tal possibilidade, se efetivada, agravaria o quadro social dos desocupados e ociosos das “classes pobres e perigosas”, não por conta das condições sociais a que foram e permaneceriam submetidos, mas por uma condição inerente à natureza racial dessa população pobre, negra e mestiça. Por mais que pareça óbvio, ao entrar em contato com os argumentos em torno da abolição, é importante termos em mente que estamos diante de uma sociedade extremamente racista, que discrimina e inferioriza a todo tempo a pessoa negra, escravizada ou não.

Pimenta Bueno, responsável pelo projeto, apresentava seus argumentos afirmando que sua proposta não provocaria grandes e imediatas mudanças e não abalaria aquela geração atual de pessoas escravizadas. Utilizava como comparação a situação da Guerra Civil Americana, que opôs norte e sul, livres e escravizados, com uma ruptura brusca que não deveriam seguir. Pelo contrário, defendia a necessidade de uma emancipação gradual e controlada, e seu projeto de emancipação do ventre de mulheres escravizadas vinha a atender a essa política.

A primeira versão do projeto de Pimenta Bueno, além de tornar livre o ventre de mulheres escravizadas, estabelecia que as meninas deveriam prestar serviços aos senhores até os dezesseis anos e os meninos até os 20. Mais tarde, no texto da lei aprovada, a idade de ambos os sexos será 21 anos. Os senhores deveriam alimentá-los, educá-los e também poderiam usufruir dessa mão de obra gratuita e compulsória, nomeada como “ingênuo” ou “ingênuia”. Além disso, estabelecia uma série de intervenções que afetavam diretamente o cotidiano das relações senhores e escravizados/as, como, por exemplo, a proibição de separação de cônjuges. Seriam criadas também juntas municipais e centrais de emancipação, responsáveis pela fiscalização do cumprimento da lei. Acusadas de destinadas a “quebrar a moral dos senhores”, as juntas foram duramente criticadas nos debates no Conselho de Estado. (CHALHOUB, 2003, p.142 e 143).

Nos debates no âmbito do Conselho de Estado, José Maria da Silva Paranhos – o Visconde do Rio Branco - apresentou um extenso parecer em que mostra como os países europeus – segundo ele, mais experientes e civilizados – conduziram o processo de emancipação. Somente depois de décadas de discussão é que finalmente implementaram a lei. Portanto, em um país como o Brasil – ainda segundo ele, culturalmente atrasado -, seria imprudente conduzir o debate de forma acalorada (CHALHOUB, 2003, p. 147). Por fim, defende que o governo imperial não deveria intervir nesse processo, ao sustentar a tese do decréscimo e extinção natural de escravizados/as:

A grande desproporção entre os sexos fazia com que houvesse um constante “excesso dos óbitos sobre os nascimentos” entre os cativos; esse “movimento natural” daria cabo da escravidão em três quartos de século, ou no máximo um século e meio. E esse período poderia ser encurtado ainda mais devido às alforrias individuais inspiradas pela generosidade dos senhores brasileiros. (CHALHOUB, 2003, p. 149)

Aquele político ressaltou ainda a não intervenção do governo por conta da Guerra do Paraguai. O estado de beligerância em curso prejudicava a situação do país e a

disposição de soldados, caso houvesse uma guerra civil iniciada pelos escravizados. Embora proposta por Dom Pedro II, a discussão da “questão servil” pelo Conselho de Estado, em pleno estado de guerra com o Paraguai, foi visto por muitos conselheiros de forma negativa. Era preciso adiar, esperar o término da guerra para discutir o assunto espinhoso da abolição.

O resultado dos debates daquele ano de 1867 foi a formação de uma comissão a fim de rever o projeto de Pimenta Bueno à luz da opinião da maioria dos membros do Conselho de Estado. Em abril de 1868, chegou finalmente ao Conselho a versão do projeto feita por aquela comissão com vistas ao imediato encaminhamento ao Parlamento. Porém, em meados daquele ano, dom Pedro II convidou políticos conservadores para comporem o novo gabinete, grupo que não estava disposto a debater questões relativas à emancipação dos escravizados. Isso implicava um adiamento e até mesmo uma estagnação no andamento do processo. Seria o momento, nomeado por Sidney Chalhoub (2003), de protelar, de praticar a *arte de bordejar*, em que D. Pedro II atrasaria o processo, mas não o interromperia completamente, tentando agradar a todos os grupos e aglutiná-los em torno do projeto. Em março de 1871, com uma Câmara unanimemente conservadora, Rio Branco se torna presidente do Conselho de Ministros e fica responsável pela condução do projeto e consegue levar a discussão para frente.

Outra atuação importante nos debates sobre a lei foi a do intelectual e escritor Joaquim Manoel de Macedo. Assim como Machado de Assis, também defendia que o “Estado tinha de submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei; não havia alternativa para obter a emancipação dos escravos.” (CHALHOUB, 2003, p. 157). Os dois escritores integravam à época um grupo da elite intelectual reunido em torno da defesa comum que faziam da intervenção do Estado no encaminhamento da Lei do Ventre Livre. Para esse grupo, a emancipação deveria ser feita de modo lento e gradual, com a liberdade do ventre e outras medidas, mas sob a mediação do Estado.

Já nos debates no parlamento, Macedo discursa contra a escravidão, expondo os males que a instituição oferece aos senhores, alertando contra os perigos dessa instituição e avaliando os escravizados como um “inimigo natural e rancoroso do seu senhor”. Prevê, então, um cenário caótico caso ocorresse uma abolição imediata, tendo em vista os “valores negativos” que seriam próprios das pessoas escravizadas. Segundo Chalhoub,

O cenário apocalíptico que Macedo antevê como decorrência de uma possível emancipação imediata dos escravos revela já de início o *ethos*

de seu livro, a forma como faz desfilar uma galeria medonha de escravos astuciosos, trapaceiros e devassos, sempre dispostos a ludibriar os senhores e ameaçar os valores e o bem-estar da família senhorial. (CHALHOUB, 2003, p. 158)

Esse posicionamento de Joaquim Macedo revela-se em seu livro *Lucinda*, no qual constrói uma narrativa em que uma mucama,³¹ escrava doméstica que, por meio de sua “sexualidade exacerbada” influencia negativamente uma donzela – branca –, reforçando os estereótipos da promiscuidade da mulher negra, estereótipos esses que formam e informam a cultura de violência sexual sistemática a que eram submetidas mulheres escravizadas. Sueli Carneiro³² identificou a promiscuidade como um dos estereótipos aos quais as mulheres negras estão aprisionadas, enquanto à mulher branca se reserva o oposto, de recato, da pureza e fragilidade. Lélia Gonzales, ao criticar o mito da democracia racial, localizando a dupla violência a que mulheres negras estavam e estão submetidas – racismo e sexismo -, identifica na imagem da mucama a origem de alguns estereótipos atuais que ancoram a discriminação e violência contra mulheres negras. Dentre as construções formadas e informadas por aqueles estereótipos, Gonzales destaca a mulata e a doméstica, originadas da mucama:

Pelo que os dois textos dizem, constatamos que o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama. E, pelo visto, não é por acaso que, no Aurélio, a outra função da mucama está entre parênteses. Deve ser ocultada, recalcada, tirada de cena. Mas isso não significa que não esteja aí, com sua malemolência perturbadora. E o momento privilegiado em que sua presença se torna manifesta é justamente o da exaltação mítica da mulata nesse entre parênteses que é o carnaval. Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. (GONZALES, 1980, p. 230)

³¹ Clóvis Moura, em seu *Dicionário sobre a escravidão negra no Brasil*, define mucama como: “Escrava doméstica, negra ou parda, escolhida, quase sempre pela senhora, para os serviços domésticos, especialmente nas casas-grandes do Nordeste. Acompanhava a cadeirinha na qual a senhora saía a passeio e podia ser ama-de-leite, cozinheira, copeira, confidente das filhas do senhor, alcoviteira ou objeto de uso sexual do seu dono ou de outros membros da família. Transformou-se em símbolo erótico para uma certa tendência literária. Dava crias na casa-grande sem que isso causasse espanto, mas os seus filhos, mesmo sendo do senhor ou dos seus filhos e parentes, continuavam escravos. (2004, p.282)

³² Sobre estereótipos da mulher negra, ver CARNEIRO, Sueli. *A Mulher negra na sociedade brasileira - o Papel do movimento feminista na luta anti-racista*. In: Kabengele Munanga. (Org.). *História do Negro no Brasil*. Brasília: Publicação da Fundação Cultural Palmares -MinC com o apoio do CNPq, 2004, v. 1, p. 1-421 e GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje* - Anpocs, p. 223-244, 1984.

Enquanto Machado de Assis escolheu em suas obras enfatizar o sofrimento que os senhores causavam aos escravizados, Macedo enfatiza a ameaça que a escravidão representava à classe senhorial, ao atribuir características negativas aos escravizados. Sobre a retórica de Macedo, Sidney Chalhoub comenta:

Ainda que Macedo atribua os defeitos morais da Lucinda e seus pares à instituição da escravidão, a sua descrição dos cativos é tão impiedosamente desfavorável que se torna difícil pensar na possibilidade de que essas pessoas, uma vez libertas, possam usufruir de direitos de cidadania e participar da vida política. De fato, uma característica intrigante de vários pronunciamentos favoráveis à lei de 1871 era a descrição dos escravos como seres quase destituídos de humanidade, pois a violência da instituição os desprovia de cultura, de regras de comportamento; por conseguinte, não desenvolviam laços de família, relacionavam-se sexualmente como animais, atacavam os senhores como bestas-feras – enfim, pareciam condenados a uma espécie de coisificação moral, resultado direto de sua condição de propriedade, de sua representação como coisa no direito positivo. (CHALHOUB, 2003, p. 158)

Macedo compartilha de visão hegemônica acerca dos escravizados como “seres quase destituídos de humanidade” por conta da instituição da escravidão e sobretudo em razão da racialização de seus corpos. Percebe-se, assim, no tensionado cenário dos debates que, embora houvesse um traço em comum - o fim da instituição da escravidão no Brasil -, eram visões diferentes e até confrontantes da escravidão e dos escravizados formando e informando as posições dos debatedores.

Sobre a liberdade do ventre, a ala de deputados contrária à abolição da escravidão chegou mesmo a comparar, misógina e violentamente, a mulher escravizada a uma árvore que dá frutos. Ou seja, se alguém possui uma árvore e esta dá frutos, o Estado não pode confiscá-los, já que cabe a ele defender a propriedade. A mesma lógica se aplicaria aos filhos de mulheres escravizadas. Porém, a resposta da comissão a tal argumento é a de que mesmo na escravidão há limites para a noção de propriedade. Por mais que a pessoa escravizada fosse vista como propriedade, não o era tal como outras propriedades, pelo fato de ser dotada de humanidade. Um Brasil aberto às necessárias mudanças exigidas pelos tempos modernos confunde-se com um Brasil arcaico, senhorial e escravocrata.

Assim, não obstante a oposição da classe senhorial que defendia o direito de ter escravos como direito inviolável de propriedade, restrito aos limites do privado, a partir da década de 1860 e 1870, o Estado começa a intervir nessas relações. Isso ocorre sobretudo na província do Rio de Janeiro, onde a ação do Estado Imperial se dá no sentido de marcar sua presença nas questões que envolvem as relações entre proprietários e

escravizados. A ação pública busca garantir a aplicação das leis abolicionistas, conferindo às pessoas escravizadas mais legitimidade para recorrer a outras instâncias do poder público a fim de garantir seus direitos. Desde 1850, com a lei de proibição do tráfico transatlântico e, conseqüentemente, o fim do abastecimento constante da mão de obra escravizada no Brasil, o Estado apontava para essas intervenções.

Essas intervenções afetam o cotidiano. Casos dessas intervenções são mostradas em *Visões da liberdade*, obra do ano 1990, em que Sidney Chalhoub apresenta alguns casos (que ocorreram na mesma época dos debates sobre o ventre livre) ocorridos no Rio de Janeiro, envolvendo a prostituição de mulheres escravizadas. São situações e eventos que demonstram alguns limites interpostos por representantes do Estado à ideia de propriedade sobre a pessoa escravizada³³. Ainda que motivados muito mais pelos ideais higienistas do que humanitários, os processos abertos por autoridades de segurança pública contra senhores e senhoras que prostituíam as mulheres escravizadas sob seu domínio sustentavam tratar-se de outro tipo de propriedade. Muitos desses processos chegaram até mesmo a conceder liberdade a essas escravizadas em visível confronto com o tradicional conceito de direito de propriedade escrava.

Em meio a muita polêmica, a um clima político tensionado, o projeto continuou sendo debatido. A versão que seria votada determinava serem livres os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir da data de aprovação da lei. Aos senhores competia criar as crianças nascidas a partir de então, obrigatoriamente, até a idade dos 8 anos completos. Ao atingir essa idade, o proprietário optaria por receber uma indenização do Estado no valor de 600 mil réis e entregar a criança ao Estado ou utilizar de seus serviços até os 21 anos de idade. Porém, essa indenização não se referia a uma espécie de compra da liberdade:

A comissão esclarecia que a indenização em títulos ou serviços referia-se ao ressarcimento devido ao senhor pelas despesas de criação dos menores – ou seja, os proprietários não estavam sendo indenizados pelos frutos ou filhos das escravas, pois, como já visto, contestava-se o direito de propriedade sobre essas crianças. (CHALHOUB, 2003, p. 171)

O debate sobre o Ventre Livre incluiu a discussão acerca da nomenclatura que seria utilizada para se referir a essas crianças. Isso dizia muito sobre quem exercia e exerceria poder. A defesa de muitos era de que os filhos de mulheres escravizadas

³³ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, 1990. etc. p. 189 - 201

deveriam ser denominados *libertos*, pois deixaria claro que eram filhos de mulheres cativas. Desse modo, reconhecia-se a condição original de escravizada da criança que, ao nascer, seria imediatamente liberta (CHALHOUB, 2003, p. 172) por conta da concessão senhorial.

Usar o termo *liberto* seria uma forma de reafirmar o poder dos senhores sobre suas propriedades. Mesmo que fossem consideradas *libertas* ao nascer, aquelas crianças teriam em algum momento as marcas de origem, da condição de propriedade de seus senhores e seriam sempre estigmatizados por essa condição. A intromissão do Estado em âmbito que cabia somente ao senhor – conceder liberdade aos seus cativos – comprometeria, sem dúvida, a política de dominação e, conseqüentemente, seu poder. Como bem discorre Sidney Chalhoub (2003, p. 176):

(...) o barão desenvolve a ideia de que chamar ingênuos aos filhos da mulher escrava comprometia a política de domínio na escravidão. Tal nomenclatura indicava o rompimento da ideia de inviolabilidade da vontade senhorial, da imagem de que os senhores criavam o mundo à sua volta sem peias ou amarras de qualquer ordem. Ao contrário, a lei insistia em definir obrigações aos senhores e garantir “direitos” aos filhos livres da mulher escrava. O “sujeito” da escravidão mudava de lugar: o governo fazia ingênuos, à revelia da vontade senhorial; destituído do poder de fazer libertos, o senhor perdia a gratidão da mãe escrava e a força simbólica de seu domínio.

O deputado Pinto Moreira, em defesa de direitos senhoriais, argumenta que praticamente todas as instituições estariam sendo feridas com a violação da moral do senhor. Em exercício retórico de inversão de posição, coloca a classe escravocrata como vítima, como alvo injustiçado de perseguição da lei, como se fosse um verdadeiro refém do processo de abolição da escravidão. Sustenta que:

No centro está o lavrador, o pai de família abandonado às suas próprias forças, coberto de ódio pela lei, molestado todos os dias pelas investigações da autoridade, atormentado pelas maquinações da vizinhança, exposto às conspirações domésticas. (CHALHOUB, 2003, p.189).

Essa inversão retórica de posições nos aponta para os mecanismos sutis mobilizados para a manutenção do regime de trabalho escravo, ao alimentar e realimentar a visão senhorial segundo a qual o fardo da escravidão pesava justamente sobre ele. A injustiça do sistema recaía mais sobre ele e menos sobre as pessoas escravizadas. José de Alencar, considerado grande nome da literatura brasileira do 2º Reinado, era também um grande defensor da continuidade da escravidão. Nos debates em torno da emancipação do ventre, explicita sua posição contrária em nome da manutenção da amenidade nas

relações entre senhor e escravizados. Sua visão da escravidão é romântica e idealizada, tecida com os fios da cultura patriarcal e paternalista. Afirmou:

(...) ser fato conhecido por todos “a moderação e doçura de que se tem revestido sempre, e ainda mais nos últimos tempos, a instituição da escravidão em nosso país.” (...) A lei de emancipação do governo sufocaria “esses sentimentos generosos”, criando “o antagonismo entre raças que viveram sempre unidas”. (CHALHOUB, 2003, p. 197).

Não por acaso, defendia que a intervenção do Estado, ao conceder liberdade aos recém-nascidos, destruiria a generosidade que adviria do liberto para com o senhor e criaria uma tensão entre as raças – que, segundo ele, nunca existiu. Essa recusa em perceber e reconhecer tensões entre as raças permanece informando a visão de parte da elite intelectual brasileira até os anos 1930, cujo caso mais emblemático seria Gilberto Freyre e sua visão idealizada das relações entre a casa grande e senzala.

Finalmente, em 27 de setembro de 1871, depois de já ter sido aprovada na Câmara, a lei foi aprovada no Senado e recebeu sanção da Princesa Isabel no dia seguinte. A partir de então, se estabelece a problemática a respeito da aplicação da lei. Foi sugerida a aplicação “contingente” da legislação. Nesse “jeito senhorial de conceber os sentidos das leis”, elas eram vistas como meras sugestões, como orientações que dependeriam da vontade dos proprietários para serem cumpridas, jamais como um dispositivo legal obrigatório. Os proprietários estariam acima até mesmo da autoridade pública (CHALHOUB, 2003, p. 205). Todavia, percebemos que, assim como em 1850, houve uma preocupação do Estado em fazer-se cumprir a lei, haja vista a regulamentação da obrigatoriedade de registro de matrícula.

O principal ponto de debate em torno da Lei nº 2.040, de 15 de setembro de 1871, com seus argumentos contra e a favor, foi sem dúvida a definição da liberdade do ventre da mulher escravizada. Consoante à orientação da política abolicionista imperial, de uma abolição da escravidão sob controle e no âmbito do parlamento, a proposta e aprovação da Lei do Ventre Livre tinha em vista justamente possibilitar, gradualmente, de forma lenta e segura, e sob amparo legal e institucional, acabar com a escravidão no Brasil. Assim estabeleceu a Lei:

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los

até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.³⁴

Como prescrito, a partir de 1871, seriam consideradas livres todas as crianças nascidas de mães escravas. Esta permanecia escrava, mas as crianças nascidas de seu ventre, independentemente da condição de seu pai, seriam livres. A objetivação dos corpos – da mãe e do/a filho/a – explicita-se nesse dispositivo legal que esquadrinha e controla o corpo feminino, definindo a parte que permanece escravizada e a que poderá gerar filhos/as livres; o ventre que se torna livre para reproduzir rebentos, mas que permanece escravizado, aprisionado ao estatuto de escravizada, ao corpo que não é dela, mas de seu proprietário.

O corpo da criança gerada e nascida de um ventre livre é objeto dessa política senhorial de controle, vigilância, disciplinarização e poder da classe proprietária. Nasce livre, mas não tem domínio sobre sua liberdade, sobre seu destino, sobre seu corpo. Até os 8 anos permaneciam “em poder e sob autoridade dos senhores de suas mães”; após essa idade, caberia ao proprietário da mãe liberar/livrar-se da criança após indenização do Estado ou poderia “utilizar-se” de seus serviços até a idade de 21 anos completos. Que liberdade é essa?

2.5 – A implementação da lei: primeiros esforços do Estado

Para dar início à implementação da lei, era preciso conhecer minimamente a situação daquelas crianças ingênuas que por ela seriam beneficiadas. Porém, não existia no Império um sistema organizado de coleta e sistematização de dados sobre a população escravizada que desse ao governo informações mais precisas sobre aquela. Para isso, a matrícula, já prevista na Lei 2.050/1871, deveria ser efetuada de forma rápida e fiscalizada para a apresentação confiável dos dados. Em seu artigo 8º, determinava que:

³⁴ BRASIL, Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm> Acesso em: 07/06/2018

Art. 8º O Governo mandará proceder á matricula especial de todos os escravos existentes do Imperio, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se fôr conhecida.

A fim de obter a aprovação no Congresso, algumas alterações ao projeto original que abriam brechas para o benefício dos senhores durante a aplicação da lei foram feitas. Dentre elas, pode-se citar o fato de que “os escravos que, *por culpa ou omissão dos interessados*, não forem dados à matrícula até um ano depois do encerramento desta, serão por este fato considerados libertos”.³⁵ O texto original do projeto, antes de sofrer alterações, declarava livres todos aqueles que, sob qualquer condição, não fossem matriculados no prazo de um ano (CHALHOUB, 2003, p. 207). Mais uma forma de resguardar os interesses da classe proprietária e atender suas expectativas.

Buscando o controle dessa população de libertos, no dia 1º de dezembro de 1871, o governo publicou Decreto nº 4.835, que regulamentava a condução das matrículas, declarando possível o registro até o dia 30 de setembro de 1873, e exigindo aplicação de multa para aqueles/as que não cumprissem o prazo. Segundo Ademir Gebara, sobre o sentido da matrícula:

O significado real do registro de escravos pode ser ilustrado através de dois fatores: a estabilização de escravos e libertos na área geográfica onde eles se encontram, e o exercício do controle social que se torna possível com a matrícula e classificação dos escravos. (GEBARA, 1986, p. 63)

Além da liberdade do ventre e a instituição da matrícula, a Lei 2.040/1871 criava também o fundo de emancipação, a ser provido pela arrecadação de impostos cobrados sobre a venda de pessoas escravizadas. O fundo seria responsável pela compra de tantas alforrias quanto fossem possíveis naquele ano. O Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, estabeleceu critérios para a classificação dos contemplados por esse fundo. Famílias eram priorizadas em relação a indivíduos, cônjuges de diferentes senhores, aquelas/es que tiveram filhos beneficiados com o ventre livre, etc. Tratava-se, como vimos, de mais um dispositivo legal que limitava o poder de decisão dos senhores ao conceder alforria. O artigo 27 daquele decreto estabelecia que:

Art. 27. A classificação para as alforrias pelo fundo de emancipação será a seguinte:
I. Famílias;
II. Indivíduos.

³⁵ BRASIL, Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm> Acesso em: 07/06/18

- § 1º Na libertação por famílias, preferirão:
- I. Os conjuges que forem escravos de diferentes senhores;
 - II. Os conjuges, que tiverem filhos, nascidos livres em virtude da lei e menores de oito annos;
 - III. Os conjuges, que tiverem filhos livres menores de 21 annos;
 - IV. Os conjuges com filhos menores escravos;
 - V. As mãis com, filhos menores escravos;
 - VI. Os conjuges sem filhos menores.
- § 2º Na libertação por individuos, preferirão:
- I. A mãe ou pai com filhos livres;
 - II. Os de 12 a 50 annos de idade, começando pelos mais moços no sexo feminino, e pelos mais velhos no sexo masculino.
- Na ordem da emancipação das famílias e dos individuos, serão preferidos: 1º, os que por si ou por outrem entrarem com certa quota para a sua libertação; 2º, os mais morigerados a juizo dos senhores. Em igualdade de condições a sorte decidirá.³⁶

Porém, como avaliou Chalhoub (2003, p. 232–240), os senhores criaram várias estratégias para utilização indevida desse fundo de emancipação, em benefício próprio. Por meio da utilização de redes de poder, parentesco e favor, acabaram interferindo na classificação determinada por lei e concedia emancipação a pessoas escravizadas já consideradas inválidas, a fim de receber por elas mais do que eram capazes de produzir. Dessa forma, o senhor se livrava da obrigação de sustentá-las e elas eram obrigadas a buscar a sobrevivência por meio de diversos arranjos informais, um deles o de viver da caridade de outras pessoas.

Em toda a política abolicionista levada a cabo pelo Estado, encontra-se uma forma de o poder senhorial se sobrepor ao poder do Estado, via instituições públicas. Isso ocorreu porque acreditava-se que qualquer interferência no exercício do poder senhorial prejudicaria toda a ordem existente, mesmo que o projeto de lei apresentado fosse bem cauteloso, moderado, já que emancipava escravizados/as de forma conservadora. Joaquim Nabuco foi defensor desse modelo, haja vista que argumentava que “os exemplos históricos mostravam que se a reforma não se fazia progressivamente, ela se fazia imediata e revolucionariamente” (CARVALHO, 1988, p. 306).

Entendemos que a lei emancipava de forma conservadora porque, ao tornar livre o ventre de mulheres escravizadas, dava ao senhor a opção de usar os serviços dos ingênuos até os 21 anos e mantinha a mãe escravizada. A utilização dessa mão de obra foi, inclusive, incentivada pelo poder público em alguns estados, como foi o caso de

³⁶ BRASIL, Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>> Acesso em: 07/06/18

Pernambuco (CHALHOUB, 2003, p. 207-212; MOURA, V. L. B., 2005, p. 1-8). Segundo Vera Lúcia Braga de Moura, não era intenção do Estado garantir assistência social a essas crianças ingênuas e por isso o Estado não teria se planejado o suficiente para garantir que fossem acolhidas³⁷. Dessa forma, cabia, ao final e ao cabo, à classe proprietária prover tal acolhimento, optando pela utilização da mão de obra até os 21 anos. Ou seja, no dia a dia das lavouras brasileiras, a lei ainda conservava algumas relações típicas da escravidão.

2.6 - Os sentidos da lei

O argumento central de Ademir Gebara em *O mercado de trabalho livre no Brasil* é que a Lei do Ventre Livre não deve ser resumida à preservação e manutenção das estruturas sociais. Mais do que isso, foi um mecanismo utilizado para promover determinadas mudanças, de modo a melhor organizar e controlar o mercado de trabalho livre no Brasil (GEBARA, 1986, p.34). Ainda segundo Gebara, aquela lei:

em sentido genérico, e a legislação escravista em particular, devem ser vistas não apenas como a indicação de uma conquista voltada para a estabilização das relações sociais, mas, acima de tudo, como elementos ativos para o exercício do controle social e para o desencadear de mudanças nessa mesma sociedade.” (GEBARA, 1986, p.15)

Compartilhando tal modo de ver, entendemos que o processo de abolição criou um sistema de controle, vigilância e disciplinarização da população egressa do cativeiro com vistas à manutenção da ordem capitalista, burguesa, cristã, branca e “civilizada”. Mantiveram-se, assim, as desigualdades de classe e raça que fundamentaram o ordenamento original, ao manter um enorme contingente de pessoas libertas, negras e mestiças, pobres, de ambos os sexos, às margens da sociedade. Elas engrossaram as fileiras das “classes pobres e perigosas” cuja vigilância e controle caberia ao Estado. Concordando com Gebara, para quem a

abolição aconteceu tão gradualmente e tão lentamente quanto possível, não apenas para controlar os escravos existentes, mas também para prevenir, através da coação, se necessário, mas preferencialmente através da recompensa, o surgimento do vagabundo. (GEBARA, 1986, p.60)

Nessa mesma direção reflete Katia Mattoso, ao analisar as condições das crianças libertas pelo ventre livre. Em seu artigo *O filho da Escrava (Em Torno da Lei do Ventre*

³⁷ MOURA, Vera Lúcia Braga de. Meninos livres, mães escravas. In: ANPUH SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** . Londrina: Anpuh, 2005. p. 1 – 8

Livre), a historiadora ressalta a desigualdade social fundada no argumento racial das pessoas de origem afro-brasileira. A escravização seria a expressão mais visível desse racismo. Ele permaneceu presidindo as relações entre senhores e crianças escravizadas, apesar e por conta da Lei do Ventre Livre. Na sensível avaliação de Mattoso:

Todavia, o filho da escrava deve cedo aprender as duras leis da escravidão: deve trabalhar para existir e para ser reconhecido como bom escravo, obediente e eficaz. Com a autonomia dos gastos e do pensamento, com a “idade da razão” não há mais criança escrava, somente escravos que são ainda muito novos. Para os seus senhores, somente sua força de trabalho os distingue do resto da escravaria adulta. Sob suas aparências enganadoras, a lei do ventre livre é disto a clara confissão, e a mensagem simbólica do olhar que um corpo social inteiro levanta sobre a criança escrava. A lei do ventre livre é o triunfo das mentalidades antiquadas e perversas. (MATTOSO, 1988, p. 55)

Melina Kleinert Perussatto, em diálogo com Ademir Gebara, ao comentar sobre a Lei do Ventre Livre, afirma que:

(...) esse instrumento legal pode ser apontado como um mecanismo de reorganização das relações de trabalho e de controle social, promovendo a acomodação (ou adiamento do término) da instituição escravista, do mesmo modo que promoveu a manutenção das relações e estruturas de classes envolvidas nesse processo. (PERUSSATO, 2009, p. 91)

Por outro lado, e em contrapartida, vemos nos dispositivos da Lei do Ventre Livre alguns mecanismos que a população escravizada poderia lançar mão e tecer alianças para viver diariamente em meio a esse sistema e, sobretudo, construir espaços e ações de agência e resistência para, enfim, conquistar a liberdade. Afinal de contas, assim como afirma Hebe Mattos:

A atuação do próprio Estado, a partir do final da década de 1860, ao sentido de reconhecer legalmente alguns desses direitos (a não separação de famílias e o direito ao pecúlio e à autocompra, em especial), conferia um caráter cada vez mais político às ações cotidianas dos cativos, especialmente daqueles negociados no tráfico interno, na medida em que se pressionava por direitos universais e não por privilégios ou direitos pessoais. Essa pressão constante no cotidiano da propriedade, sobretudo nas fazendas novas, não pode ser tomada como elemento único ou central no desmancho das condições políticas e morais que sustentavam o domínio escravista. Mas não deve ser subestimada sua força num contexto, externo à propriedade, de crescente perda de legitimidade da escravidão. (MATTOS, 1998, p. 360)

Como pontuado por Hebe Mattos, o papel dos próprios escravizados e escravizadas foi relevante para criar a tensão necessária para a regulamentação de suas famílias. Muitos trabalhos que citamos aqui abordam diferentes aspectos da aplicação do

Lei do Ventre, o que nos interessou foi justamente a existência dessas brechas do aparato legal, a partir das quais foi possível à população escravizada agenciar suas existências, investindo em ações com vistas a assegurar sua integridade e de seus familiares, bem como a busca da estabilidade familiar.

CAPÍTULO III - A estabilidade das famílias de escravizados/as na imprensa mineira oitocentista: alguns sinais

Na segunda metade do século XIX, a região de Mariana, município da província de Minas Gerais, outrora rico centro minerador, desenvolvia sua economia investindo em um crescente mercado interno de bens, produtos e serviços, baseado no trabalho escravo. Embora predominante, essa mão de obra não estava assentada em grandes grupos de pessoas escravizadas por proprietário, como ocorria com a agricultura de exportação, mas em pequenos e médios grupos, localizados em pequenas e médias propriedades, próximas umas das outras. A população escravizada apresentava características típicas de manutenção pela reprodução natural. Tal traço aponta-nos para a existência e sobretudo para a estabilidade dessas famílias de escravizados/as. Não por acaso registra-se a permanência de filhos mais velhos com as mães durante duas e até mesmo três décadas, conforme estudos recentes.

É o caso do estudo da historiadora Heloísa Maria Teixeira³⁸, cuja pesquisa revela que, em Mariana, de 1871 a 1888, não era comum que laços familiares formados nas propriedades de um mesmo senhor fossem rompidos, salvo em casos de morte do senhor e a consequente partilha de bens. Mesmo em casos em que escravizados/as de uma mesma família eram vendidos, não necessariamente estes laços eram totalmente rompidos. Geralmente as vendas eram feitas dentro do mesmo município de Mariana, o que provocava ruptura no núcleo familiar, nas relações familiares internas, entre o contato das famílias, mas ainda assim permitia uma certa estabilidade familiar, pois as distâncias espaciais eram relativamente pequenas e os laços familiares, afetivos e religiosos não eram desfeitos totalmente. O viés identitário familiar mantinha-se independente de viverem em diferentes propriedades. Segundo aquela historiadora:

No caso da família da escrava Graciana, a partilha não interferiu em sua estabilidade, pois todos os seus integrantes foram transferidos para a posse da viúva, dona Francisca Antônia do Espírito Santo. Nesta ocasião, a filha Francisca já se encontrava com 21 anos, Sebastiana com 17, Manuel com 14 e Antônia com 12. Todos já tinham ultrapassado a idade mínima de proteção legal que garantia a permanência junto aos pais, entretanto, ainda assim, a estabilidade foi priorizada. (TEIXEIRA, 2002, p. 8-9)

³⁸ TEIXEIRA, Heloísa Maria. *A estabilidade familiar entre os escravos de Mariana (1850-1888)*. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira, 2002. 23 p.

Em nosso propósito de melhor conhecer a dimensão da estabilidade da/na família de escravizados/as em Minas Gerais no século XIX, vimos a necessidade de pesquisar os discursos produzidos na imprensa daquele momento. Relativizando o poder de uma lei de impactar práticas sociais e cientes de que o processo de abolição da escravidão no Brasil foi permeado de longas disputas, engenhosas negociações, recuos e avanços, optamos por investigar alguns jornais circulantes à época naquela província. Entendemos que o uso da imprensa representa uma possibilidade de acessar alguns relatos de vivências de famílias de escravizados/as desde a publicação do Decreto nº 1.695/1869 até o terceiro ano de vigência da Lei do Ventre Livre.

A partir dos dispositivos legais relativos ao reconhecimento de famílias de escravizados/as, priorizamos a leitura e análise qualitativa de três jornais produzidos na região de Ouro Preto entre os anos 1869 - 1873: *O Jequitinhonha*, publicado de 1860 a 1873; *Diário de Minas*, publicado entre 1866 e 1875; e *O Noticiador de Minas*, publicado de 1868 a 1871. Estes jornais são de domínio público, disponibilizados em um acervo online no sítio eletrônico da Biblioteca Nacional.

3.1 - A fluida condição da criança ingênua: meio livre ou meio escrava?

Todo o debate e a promulgação da Lei do Ventre Livre viriam a influenciar diretamente a vida das crianças filhas de mulheres escravizadas que nascessem a partir do dia 28 de setembro de 1871, data de sua aprovação. Isto porque a visão que toda a sociedade, ainda escravista, teria sobre aquelas crianças teria de ser alterada. Afinal, elas deveriam ser preparadas para a liberdade, e não para o cativeiro, crianças livres que eram. Teoricamente haveria uma limitação no exercício de poder dos proprietários de escravas e escravos, o que incluía as mães destas crianças, que só tinham de “livre” o ventre, após 1871. Mudança de visão difícil de ser operada, considerando-se a cultura escravista e sua resistência em relação à libertação, pelo Estado, das crianças geradas por suas escravas. Não há a possibilidade de se imaginar uma sociedade escravista aberta aos interesses familiares dos/as escravizados/as, disposta a abrir mão de seus interesses financeiros no sentido de garantir uma vida de plena estabilidade para aqueles/as que são escravizados. Mesmo com a proibição da separação de famílias de pessoas escravizadas pelo Decreto 1.695, em 1869, e a Lei 2.040, em 1871, apesar do reconhecido avanço, as dificuldades na manutenção desses laços não cessaram. Antes dessa legislação, era muito comum a

separação de famílias de escravizados/as em anúncios de leilões ou venda dessas pessoas, como registrado no jornal *Noticiador de Minas*, de 1869:

Pelo juízo de órfãos d'esta cidade se faz publico que no dia 30 do corrente terá lugar a praça dos bens do finado Bernardino Rodrigues de Souza, cujos objectos e suas avaliações serão francos não só no cartório respectivo como na mesma casa, onde será lugar às 11 horas do dito dia: sendo que a casa foi avaliada pela quantia de 3:000\$ rs; a escrava Irinea de 22 annos por 1:000\$00 rs; Corina filha da mesma de idade de 4 mezes por 150\$00; Sebastiana crioula de 2^{1/2} annos por 200\$000 rs. E para que chegue a noticia de todos se faz o presente annuncio. Ouro Preto 9 de junho de 1869.³⁹

O jornal *Noticiador de Minas*, da cidade de Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais, foi criado na segunda metade do século XIX, quando os debates sobre a abolição da escravidão já eram fortes, e poucos meses antes da publicação do decreto que passou a proibir a prática de separação das famílias de escravizados/as. Ainda assim, a venda separada de mãe e filha aparece com naturalidade no jornal. Percebe-se que, mesmo com apenas quatro meses de vida, fase em que a presença da mãe é importantíssima, Corina é anunciada para ser vendida e possivelmente separada de sua mãe. Sebastiana, com apenas dois anos e meio, sequer tem a identidade de sua mãe revelada. Foi retirada de si a sua condição de criança e de filha para se tornar uma propriedade avaliada em duzentos mil réis. A maternidade, assim como a infância, poderia facilmente ser retirada de pessoas negras escravizadas⁴⁰.

Existir e resistir em meio aos horrores da escravidão obrigou muitas mulheres escravizadas a fazerem uso de drásticas e violentas soluções para evitar que seus filhos e filhas não fossem obrigados a passar pelo que haviam passado. Desde a prática do aborto, mesmo com todos os riscos advindos de condições insalubres em que era praticado, como uma forma de impedir que seus futuros filhos e filhas fossem objeto de toda violência que é indissociável da escravidão, e até o extremo de matar filhos e filhas já nascidas e ainda crianças e cometer suicídio em seguida.

Não por acaso, no *Diário de Minas*, em 1867, duas edições noticiaram casos de mães escravizadas que tentaram matar seus filhos e filhas e depois cometer suicídio. A

³⁹ Ouro Preto, jornal *Noticiador de Minas*, 1869, ed. 118, p. 3.

⁴⁰ Cabe lembrar que vimos outros anúncios nos jornais que foram analisados nesta pesquisa contendo características semelhantes a essa venda de crianças.

narrativa é sensacionalista e transfere toda a culpa e violência dos atos para essas mulheres:

HORROR: Na Villa Formosa de Atenas acaba de dar-se um facto horrível. Joanna escrava do capitão Magalhães aborrecida talvez do seu estado de captiva, resolveu fugir, levando em sua companhia 3 filhos, com tenção sinistra de matal-os e suicidar-se depois; isto no dia 7 do corrente.

Às 9 horas da noite desse dia, passando ella por um açude próximo à villa, começou a executar seu plano de extermínio aos desventurados filhos de suas entranhas e com uma coragem de féra arremessou às aguas desse açude duas infelizes crianças, uma de menos de um anno e outra de 2 annos – e logo correu, temerosa de que a encontrassem ali.

A primeira morreu, mas a segunda foi salva por uma pessôa que o acaso levára ali.

No dia 8 foi encontrado o cadáver da criancinha que morreu, mas da preta não se tinha noticia: mas na noite desse dia lançou ella dentro de uma cisterna de mais de 120 palmos de profundidade o ultimo de seus filhos, que já contava 10 annos de idade!!!!!!

Toda a noite passou este desgraçado no lugar em que tinha precipitado a malvadez daquela que lhe dera o ser, e na manhã do dia seguinte foi subindo pouco a pouco, até que uma pessoa ouvindo seus gritos e gemidos, o tirou da cisterna, salvando-lhe ainda a vida.

Nem os carinhos que tem uma mãe para com seus filhos, nem o temor de futuros castigos poderão arrancar da feroz imaginação de Joanna a ideia maldita de assassinar essas infelizes crianças, de que ella se valngloriava de ser mãe!!!!!!

Uma noite após aquella em que tinha cometido esse crime horrendo, ella appareceo em casa do sr. Dr. João Braulio Moinhos de Vilhena, onde foi presa no dia seguinte, e recolhida à cadeia do Alfenas, onde espera o jury, que a tem de julgar.

Dizem que Joanna está louca.⁴¹

São várias as passagens em que Joanna foi animalizada, sendo comparada a uma fera que arquitetou um plano maligno, diabólico, de assassinar seus próprios filhos. Lembra-nos os argumentos utilizados por Joaquim Manoel Macedo, de escravizados/as como seres destituídos de humanidade que oferecem perigo para a sociedade como um todo (CHALHOUB, 2003). Em nenhum momento foi questionada no texto a violência que a escravidão exercia sobre as pessoas escravizadas, levando mães a assassinares seus próprios filhos. As crianças foram apontadas como infelizes e desventuradas, mas não por serem crianças escravizadas, e sim por terem Joanna como mãe. Este é um retrato de uma sociedade escravista que se espantava e se chocava com as atitudes de uma mãe

⁴¹ Ouro Preto, jornal *Diário de Minas*, 1867, ed. 259, p. 2.

desesperada, mas não se chocava na mesma medida com a escravização de homens, mulheres e crianças.

Apesar e por conta das circunstâncias do cativo, as mães e os pais dessas crianças também criaram estratégias de sobrevivência para criar seus filhos e filhas. Como vimos no Capítulo 1, escravizados/as utilizavam dos sacramentos católicos para estabelecer relações de compadrio e criar redes de relacionamento horizontais ou verticais (ROCHA, 2009). Ou seja, quando a criança não era vendida pelos seus donos, havia a possibilidade de não ficar só. Havia uma rede de relações sociais entre pessoas escravizadas, como parentes próximos e/ou a figura dos padrinhos, suposta proteção de quem os pais buscavam definir logo no nascimento (FLORENTINO e GÓES, 1999; ROCHA, 2009). Toda essa dinâmica permeava as relações familiares que formavam uma comunidade escrava capaz de engendrar confrontos e disputas, mais ou menos abertas, contra o poder senhorial (SLENES, 1999).

Segundo Katia Mattoso, as crianças brancas e livres tinham o prazo de ingresso na vida adulta flexibilizado e atrasado. Enquanto isso, as crianças filhas de mães escravizadas, ao atingir determinada idade, entravam compulsoriamente no mundo adulto do trabalho. Até os sete para os oito anos eram vistas como crianças, geralmente sem atividade econômica. Dos oito aos doze anos deixavam de ser crianças e assumiam atividades desempenhadas pelos adultos, mas na qualidade de aprendiz. As exigências se tornavam mais violentas, com a inserção completa no mundo do trabalho compulsório (MATTOSO, 1988). Ainda segundo Mattoso, sobre a vida de uma criança filha de mãe escravizada:

Ainda novo, o filho da escrava é olhado como escravo em redução, somente diferente do escravo adulto que mais tarde será, pelo tamanho e pela força. É-lhe agora necessário adquirir todos os saberes, conhecer todas as artimanhas que vão lhe permitir, o mais rápido possível, tornar-se aquele escravo útil que dele se espera ser. Assim, o curto período na vida da criança que vai dos três aos sete para oito anos é um período de iniciação aos comportamentos sociais no seu relacionamento com a sociedade dos senhores, mas também no seu relacionamento com a comunidade escrava. É, sem dúvida, nessa tenra idade que o seu senhor vai formar ideia sobre as capacidades e o caráter da criança. É nesta idade também que a criança começará a perceber o que são os castigos corporais, que adentram pela idade adulta, porque indispensáveis à manutenção do sistema escravista. (MATTOSO, 1988, p. 52 e 53)

E assim a criança, um “escravo em redução”, ia se tornando um adulto, no difícil e sofrido percurso de ir aprendendo um ofício para desempenhar suas funções na

sociedade escravista. Afinal de contas “o trabalho era o campo privilegiado da pedagogia senhorial” (FLORENTINO e GÓES, 1999, p. 185), aprendia-se no próprio exercício do trabalho. O destino deveria ser diferente para crianças ingênuas, nascidas a partir da Lei do Ventre Livre. Porém, a existência de um dispositivo na Lei 2.040/1871, que permitia a utilização dos serviços daquela criança ingênuas até os 21 anos, permite-nos questionar os limites dessa liberdade do ventre conquistada a partir de 1871. Diz o primeiro parágrafo do Artigo 1º da Lei:

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, **o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos.** No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. **A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.** (BRASIL, 1871, grifos nossos)

À luz do dispositivo legal, que define duas opções aos proprietários das mães de crianças nascidas do “ventre livre”, ou de receber do Estado a devida indenização ou de utilizar-se dos serviços do menor até os 21 anos, é preciso relativizar o papel da Lei do Ventre Livre na emancipação das referidas crianças, identificadas como “ingênuas”. Levando em consideração que o escravizado crioulo tinha maior valor de mercado que o africano, pois desde criança já crescia imerso no mundo da escravidão (FLORENTINO e GÓES, 1999), já tinha sido domesticado, familiarizado à cultura escravista, era muito cômodo e/ou de maior conveniência ao proprietário manter aquele menor trabalhando em suas propriedades junto ao núcleo familiar e grupo de escravizados de sua propriedade. Até mesmo a disposição legal facilitava tal escolha ao estabelecer que a omissão do proprietário em fazer a declaração exigida, significava sua anuência em permanecer com o menor até a idade de 21 anos. Sob tal lógica, a possibilidade de escolha ao atingir a idade de oito anos cria uma situação muito favorável para o proprietário, pois, como avalia Katia Mattoso:

É que nos seus 8 anos a criança já deu provas de suas capacidades. Sem dúvida, poucos devem ter sido os senhores que não prenderam pelo trabalho os filhos de suas escravas. Até os 21 anos, são treze anos de

trabalho, que nenhuma indenização oferecida pelo governo podia compensar. Finalmente, nenhuma das crianças da lei do ventre livre terá 21 anos em 1888; o destino, mais clarividente que a lei, neles terá reconhecido os escravos disfarçados que foram, e que serão liberados da mesma forma e no mesmo tempo que os outros escravos. Para os redatores da lei de 28 de setembro, atrás do “menor” a proteger escondia-se o bom trabalhador, útil a seu senhor. (MATTOSO, 1988, p. 54)

Como se vê, o nascido do “ventre livre” torna-se, ao final e ao cabo, não uma criança a ser protegida, mas sim um trabalhador útil e disciplinado. Ione Celeste Jesus de Souza, em *“Porque um menor não deve ficar exposto à ociosidade, origem de todos os vícios”: tutelas e soldadas e o trabalho de ingênuos na Bahia, 1870 a 1900* (2015) identifica e analisa experiências de trabalho de *ingênuos* nesse período, ressaltando que, mesmo após a emancipação de 1888, essas crianças continuaram vivenciando práticas de trabalho compulsório. Sem dúvida, o objetivo da medida era manter a existência de uma classe de trabalhadores disponíveis subalternos nos primeiros anos de emancipação. Relativo à cláusula legal da opção pela entrega das crianças ingênuas ao Estado, aquela historiadora avalia que:

A atitude de entrega ao Estado foi muito aquém do previsto. Menos de 1% dos ingênuos foi entregue ao final do período de dezessete anos da vigência da lei, de 1871 a 1888, o que contrariou a estimativa inicial de que 240 mil ingênuos seriam confiados ao Estado ou às associações por ele autorizadas como previsto. (SOUZA, 2015, p. 189)

Tais dados nos autorizam a pensar que, mesmo com a libertação do ventre em 1871, essas crianças continuaram recebendo o mesmo tipo de educação que as preparava para o trabalho compulsório, sendo educadas e disciplinadas consoante as mesmas regras sociais que estabeleciam as hierarquias de raça, etnia e gênero que presidiam o cotidiano social da escravidão:

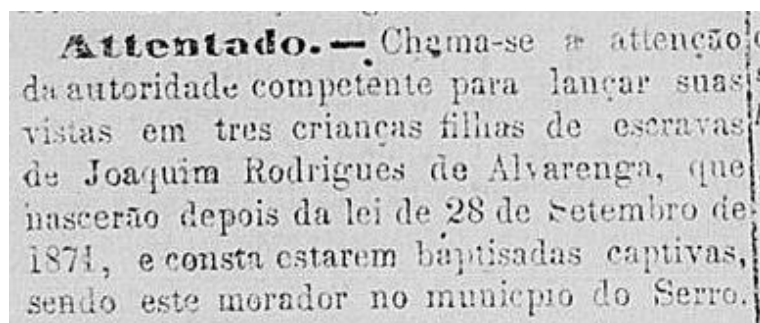
A experiência mostrava que o indivíduo nascido e criado na escravidão era ávido de liberdade, e que os ingênuos, apesar de nascerem livres, eram também criados com os mesmos princípios e sentimentos dos escravos. Segundo, porque este estado de liberdade os levaria a diversas ocupações, afastando-os da lavoura. (MOURA, V. L. B., 2005, p. 5)

Não era por certo fácil regular e controlar o desenvolvimento de uma criança ingênuo, em tese livre, dentro dos limites do poder senhorial, tendo em vista o complexo conflito entre a autoridade pública e a vida privada (ALENCASTRO, 1999). Não resta dúvida de que a possibilidade de uso do trabalho desses ingênuos por mais 13 anos criou um ambiente propício para a manutenção das estruturas escravistas. Não por acaso, o

Estado imperial, cuja base social de sustentação era a classe proprietária de bens e de escravizados, incentivou a manutenção dos menores dentro dos limites do poder senhorial, já que sequer se preparou para acolhê-los quando chegassem à idade de oito anos (MOURA, V. L. B., 2005; SOUSA, 2015).

3.2 - A Lei do Ventre Livre e a família de escravizados/as na imprensa mineira

Tendo em mente a forma como se comportava a classe de proprietários, imersos, por gerações, em sua “visão senhorial” (CHALHOUB, 1990), podemos imaginar que as tentativas de burlar a Lei do Ventre Livre não foram poucas. Por outro lado, também não foram poucas as denúncias quanto a esse descumprimento por parte dos abolicionistas e/ou simpatizantes do movimento. Assim é que no ano de 1872, na edição 142, de 07 de julho, apareceu um anúncio em que Joaquim Rodrigues de Alvarenga é acusado de descumprimento da Lei 2.040/1871.



Ouro Preto, jornal *O Jequitinhonha*, 1872, ed. 140, p. 2.

Não é nenhuma novidade que muitas crianças nascidas após o dia 28 de setembro de 1871 tiveram suas datas de nascimento falsificadas retroativamente, a fim de serem registradas como *cativas* e não como *ingênuas* (MOURA, V. L. B., 2005). O fato de tal prática ser publicamente denunciada é uma forte evidência de sua existência. Não se pode ignorar nessas denúncias a ação de abolicionistas e ainda das rivalidades político-partidárias que praticamente dividia a sociedade brasileira da época em conservadores e liberais e depois de 1870 também republicanos. A publicitação da denúncia de não cumprimento da lei fez com que o denunciado, temendo as consequências legais de seu ato, e até mesmo ser visto com maus olhos, se defendesse por meio de um texto publicado a seu pedido com data de 13 de julho daquele ano: “para que meus amigos e o público não faça de mim uma má idéia, e protestando chamar a responsabilidade esse anônimo,

passo a explicar o facto”⁴². Em sua defesa, o acusado esclarece que, apesar de terem sido batizadas somente em outubro, teriam nascido antes da aprovação da lei. Afirmar, ainda, ter testemunhas que poderiam comprovar sua reputação, demonstrando que seria incapaz de cometer tal infração.

Esse caso indica-nos que, mais do que suposto, as práticas de fraude da Lei do Ventre Livre eram comuns. A cuidadosa explicação de um senhor de escravos tentando provar que agiu conforme estabelecia a lei nos revela sua preocupação com sua imagem, com sua reputação pública. Desafiar e confrontar a lei emanada do Estado era atitude que desabonava qualquer pessoa, principalmente um membro da classe proprietária, ciosa em manter privilégios e que o poder público assegurasse a lei e a ordem escravista. Nesse sentido, desacatar a lei era, por certo, uma atitude malvista no espaço público, que não significava que dentro da subjetividade das relações sociais em ambiente privado também fosse. Isto porque, ainda que Joaquim Rodrigues de Alvarenga estivesse falando a verdade, alguém tentou manchar sua reputação por meio da acusação pública.

Percebemos que, em meio à imprensa – um espaço público -, nos anos analisados, defender o fim da escravidão e atuar em prol disso era digno de ser elogiado. No ano 1873, a edição 74 do jornal *Diário de Minas* publicou anúncio incentivando que outros padres imitassem a conduta de Manoel Luiz Mentos, vigário da freguesia do Carmo que, desde a data de publicação da lei nº 2.040, batizava gratuitamente filhos/as de mulheres escravizadas. Significada, no jornal, como uma “ação louvável”, dada a importância do batismo para a inserção da criança no mundo cristão e também na construção das relações de compadrio para as pessoas negras na sociedade escravista (ROCHA, 2009), a imprensa atua como formadora da opinião pública abolicionista.

Não por acaso, encontramos também no jornal *Noticiador de Minas* uma série de notícias do ano de 1871 elogiando a atuação de alguns senhores que concederam liberdade a alguns de seus escravos, antes da aprovação da Lei do Ventre Livre. Um homem livre havia feito a oferta de trabalhar para o sr. Francisco Martins Barbosa em troca da liberdade da mulher com quem ia se casar. Por libertar a mulher sem nada em troca, tal ato foi elogiado pelo jornal nos seguintes termos: “o sr. Barbosa, dotado de alma nobre e

⁴² Ouro Preto, Jornal O Jequitinhonha, 1872, ed. 143, p. 4.

generosa, rejeitou-a (a proposta) dando desinteressadamente a liberdade à pretendida. O elogio dessa boa acção encontrará sempre o sr. Barbosa na lembrança della.”⁴³.

Em outro anúncio, no mesmo jornal, o tenente coronel João Cancio Nunes Moreira libertou dois de seus escravos e suas esposas, concedendo a eles o direito de terem em sua fazenda terras em que pudessem viver e cultivar⁴⁴. A alforria concedida foi o incentivo para que os dois ex-escravos continuassem trabalhando em suas terras e o apoio para que suas famílias não fossem separadas. Não deviam ser escravos comuns - um era seu pajem, o outro seu feitor -, profissionais que desempenhavam papel importante no controle e exercício de poder do senhor. Ao libertar esses escravos, e ainda lhes concedendo o direito de exploração de terras em sua fazenda, o tenente coronel ganhava uma confiança ainda maior daqueles que desempenhavam funções tão importantes para o exercício de seu poder. A permanência dos dois casais em suas terras se dava pela liberdade conquistada e também pelos laços familiares e afetivos ali já estabelecida.

O ato do proprietário de conceder liberdade à pessoa escravizada integrava a política de dominação praticada, que se tornou cada vez mais comum em meio ao processo de abolição da escravidão. Ela está presente também nos argumentos muito apresentados nos debates sobre a Lei do Ventre Livre: o de que a emancipação deveria ser feita de forma controlada (GEBARA, 1986) e, quando possível, nos limites do poder senhorial, demonstrando sua generosidade para não comprometer sua política de dominação (CHALHOUB, 2003).

Em todos os jornais pesquisados, encontramos notícias sobre a Lei do Ventre Livre, informando, assim, seus leitores a respeito de suas propostas, de seus dispositivos, além de publicar lembretes para a realização da matrícula dos cativos⁴⁵. O jornal *O Noticiador de Minas* apresentou o maior número de publicações relativas ao texto da lei e alguns debates em torno dela, pois já nasceu com o objetivo de publicar atos oficiais depois da chegada do Partido Conservador ao poder, ou seja, divulgar os atos e realizações do governo provincial e imperial sob a hegemonia do partido nos gabinetes ministeriais. Nesse sentido, ao comentar sobre o projeto da Lei do Ventre Livre, ressalta que a proibição de separação das famílias não é algo novo, pois já havia sido proibida

⁴³ Ouro Preto, jornal *Noticiador de Minas*, 1871, ed. 282, p. 2.

⁴⁴ Op. Cit. Ed. 282, p. 2.

⁴⁵ Não tivemos acesso às publicações do período de 1869 a 1872 do jornal *Diário de Minas*, já que não estão disponíveis para consulta no site da Biblioteca Nacional.

pelo decreto nº 1.695 de 15 de setembro de 1869. Na matéria veiculada, é lembrada a mudança de idade mínima da criança dos 15 para os 12 anos, uma alteração sob orientação dos conservadores:

A proibição de separar os conjuges, e os filhos menores de 12 annos do pai ou mãe, quando se trata de alienação ou transmissão de escravos, é de summa justiça; e para o provar sobrar-nos-há lembrar as palavras do parecer da commissão de justiça civil da camara dos deputados de 18 de Junho de 1869:

“A commissão entende que é um triste e doloroso espetáculo ver.... que sejam separados entes que pelos laços da natureza, das leis, da educação e da gratidão devião e querião viver juntos, desconhecendo-se os sentimentos mais íntimos do coração humano, que são os fundamentos naturaes e legaes da família.”

Esta disposição também não é nova, por já estar consagrada pelo artigo 2º da lei nº 1695, de 15 de Setembro de 1869; os §§ 7º e 8º da proposta de governo somente vem alterar 1º: a idade que essa lei elevava até 15 annos (...).

Consagrada assim a existência da família, uma das grandes bases da sociedade, deve-se todavia entender que a venda ordenada pelo § 8º não terá lugar quando houver filhos maiores de 12 annos, porque somente os menores devem seguir a sorte de seus pais, como pelo § 2º assim se determina para qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos. (Ouro Preto, jornal *O Noticiador de Minas*, 1871, ed. 334, p. 1.)

Os jornais se tornaram também um espaço em que se publicavam os pedidos de perdão da multa prevista em lei para aqueles que não registrassem a matrícula de seus escravos, bem como a correspondente resposta dada pelos órgãos públicos:

Art. 33. As pessoas a quem incumbe dar á matricula filhos livres de mulher escrava, não o fazendo no tempo e do modo estabelecido, incorrerão, se por mera negligencia, na multa de 100\$000 a 200\$000, tantas vezes repetida quantos forem os individuos omittidos na matricula; se por fraude, nas penas do art. 179 doCodigo Criminal. (BRASIL, 1871)

As publicações nos jornais sugerem que havia a circulação de correspondências de autoridades públicas para igrejas, lembrando os párocos de realizarem, em função do regime do Padroado, suas funções de inscrição dos filhos livres de mulheres escravizadas. O vigário da freguesia do Patrocínio pediu atenção ao seu caso no jornal *Diário de Minas*, tentando se resguardar das multas que teria de pagar por não registrar alguns dos filhos de mulheres escravas de sua freguesia, alegando que muitos senhores se negavam a batizar essas crianças⁴⁶. A lei assegurava isenção de responsabilidade aos párocos que

⁴⁶ Ouro Preto, jornal *Diário de Minas*, 1873, ed. 20, p. 1.

não registrassem ou registrassem de forma incorreta a condição das crianças, filhas de mães escravas e nascidas após a lei de 1871, desde que apresentassem declaração escrita do proprietário da mãe escrava ou duas testemunhas que atestassem a declaração. É o que estabelecia o artigo 3º do Decreto nº 5.135, de novembro de 1872:

Art. 3º A declaração errada do parócho, que no assento de baptismo inscrever o filho livre de mulher escrava como de condição servil, é causa de multa ou punição criminal, conforme as circumstancias do facto.

Paragrapho unico. Os parochos, para isentarem-se de responsabilidade, deverão exigir declaração escripta, ou simplesmente assignada, do senhor da mãe escrava, sobre as circumstancias necessarias ao assentamento de baptismo, e, na falta da referida declaração, bastará a que fôr feita verbalmente, pelo senhor ou quem o representar, ante duas testemunhas, que atestem ou assignem o assentamento. (BRASIL, 1872)

Os jornais também publicaram pedidos de alívio de multa, requerimentos de anulação de multas aplicadas em decorrência da falta de registro da matrícula dos cativos, junto à resposta da autoridade pública, aceitando ou negando o pedido. No caso do pedido de alívio de multas, aplicadas por conta do descumprimento da lei que obrigava o/a proprietário/a a fazer o registro de seus cativos/as, o jornal *Diário de Minas* publicou em 22 de março de 1873 os seguintes requerimentos:

Requerimentos.

Aurelianno Julio da Silveira, morador no municipio de Dôres da Boa Esperança, pedindo allivio da multa de cem mil réis, imposta por não ter em tempo matriculado o ingenuo Messias, filho de mulher escrava.—A' thesouraria de fazenda para informar.

Candido Maximiano da Silva, soldado do corpo policial, pedindo certidão do parecer da junta de saude que o inspecionou.—Passe.

João Pereira de Faria, soldado do corpo policial, pedindo certidão do parecer da junta de saude á que foi submettido.—Passe

Vicente Ferreira Victor, pedindo allivio da multa de cem mil réis, que lhe foi imposta por não ter em tempo matriculado a ingenua Anna, filha de mulher escrava.—Ao inspector da thesouraria de fazenda para informar.

Ouro Preto, jornal *Diário de Minas*, 1873, ed. 041, p. 1

Alguns desses requerimentos que foram publicados continham a resposta dada pelas autoridades públicas, como os seguintes:

—Capitão Anacleto José Baião, morador na freguezia do Jequery, pedindo allivio da multa que lhe foi imposta pelo collector por não ter dado á matricula em tempo uma filha de sua escrava Delfina.—A' vista da informação prestada pela thesouraria de fazenda dou provimento ao recurso para o fim de ser o supplicante alliviado da multa que lhe fôra imposta.

Antonio Martins Guimarães, morador na freguezia do Jequery, pedindo allivio da multa que lhe foi imposta pelo collector, apesar de ter dado á matricula o filho livre de sua escrava Maria.—Identico despacho.

Ouro Preto, jornal *Diário de Minas*, 1873, ed. 085, p. 1

Identificamos e quantificamos vinte desses requerimentos de alívio de multas contendo o despacho, publicados no ano de 1873 no jornal *Diário de Minas*. No mapeamento feito, verificamos que 65% deles tiveram o pedido de perdão da multa aceito, enquanto os 35% restantes tiveram seus pedidos de alívio de multa negados. Infelizmente, o jornal publicava somente o despacho final, não nos permitindo, portanto, analisar quais foram os critérios utilizados para justificar as decisões.

Pedidos de "alívio de multa" recolhidos no jornal *Diário de Minas*, Ouro Preto – MG, em 1873

	Deferidos	Indeferidos	Requerimentos ⁴⁷
Número absoluto	13	07	20
Porcentagem	65%	35%	100%

O artigo 8º da Lei 2.040/1871 estabelecia que os “escravos que, *por culpa ou omissão dos interessados*, não forem dados à matrícula até um ano depois do encerramento desta, serão por este fato considerados libertos”⁴⁸. Ao mesmo tempo, reduzia-lhes ao máximo essa possibilidade, ao criar, nesse mesmo artigo, uma brecha extremamente útil e favorável aos proprietários. A que lhes recorrer judicialmente às penas e sanções aplicadas pelo descumprimento do registro de matrícula, alegando terem sido outros fatores que não sua culpa ou omissão. Fruto disso, podemos perceber nos 20

⁴⁷ O valor não se refere ao total de pedidos publicados no jornal *Diário de Minas* no ano de 1873, mas a uma amostra recolhida, contendo 20 pedidos.

⁴⁸ BRASIL, Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm> Acesso em: 07/06/18

casos do *Diário de Minas* analisados, em que 65% dos pedidos foram deferidos, não sendo necessário, portanto, o pagamento da multa.

Os anúncios de venda e compra de escravos/as e as informações neles veiculadas apontam que apesar da legislação de 1869 e de 1871, que investiam na estabilidade das famílias de escravizados/as, acenando com certa proteção às crianças, a prática se dava desconsiderando a lei. Três anúncios de venda nos jornais analisados nos mostram isso e nos possibilitam investigar a preocupação com o respeito às legislações nesses espaços. Um deles foi um anúncio de compra publicado no *Noticiador de Minas* em abril de 1871, dizendo: “Precisa-se comprar uma escrava de 12 a 16 anos de idade, que saiba lidar com crianças e tenha princípios de todo serviço de casa de família. N’esta typographia se dirá com quem se deve tratar.”⁴⁹ Essa publicação de compra de escrava foi feita antes da aprovação da Lei do Ventre Livre, mas dois anos depois da publicação do Decreto nº 1.695 de 1869, em que era proibido que fossem separadas de seus pais as crianças de até 15 anos. O anúncio continuou aparecendo por pelo menos mais 5 edições⁵⁰.

Essa publicação nos revela que já não era tão fácil como antigamente comprar uma criança escrava. Por certo, os laços familiares tinham grande peso e força em manter filhos, principalmente as filhas, em casa sob a proteção e ajuda dos pais e da comunidade de escravizados. Revela-nos também as criações engenhosas da classe proprietária para manter seu domínio: o segredo do infame comércio. O jornal publicava o anúncio, mas todas as informações do comprador ficariam disponibilizadas somente para quem fosse realizar o negócio, em âmbito privado. Dessa forma, as identidades daqueles que estavam cometendo a infração aos referidos dispositivos legais eram preservadas, já que não se tornaram de domínio público.

Por outro lado, nos outros dois casos encontrados, envolvendo a venda de crianças após a publicação das referidas leis, os autores se identificaram e fizeram a questão de citar a conformidade com as leis. No primeiro, de agosto de 1870, foram arrematados Anna, com 30 anos de idade, e seu filho João, de 4 anos, com o valor único de 1:200\$000 rs, “em conformidade com o decreto nº 1.695 de 15 de setembro de 1869”⁵¹. Ou seja, a

⁴⁹ Ouro Preto, jornal *Noticiador de Minas*, 1871, ed. 307, p. 4.

⁵⁰ Op. Cit. Edições 317, 318, 319, 320, 321.

⁵¹ Ouro Preto, jornal *Noticiador de Minas*, 1870, ed. 226, p. 3.

criança não estava sendo vendida separada da mãe, conforme dispunha a lei. No segundo caso, quando já estava em vigor a Lei do Ventre Livre, vendia-se:

uma robusta escrava, cabra, de 27 annos de idade, com duas lindas crias, tendo uma 9 annos e outra 6, pouco mais ou menos. Quem pretender dirija-se ao Largo da Cavallhada Nova n. 8 para tratar o preço, o qual será o mais commodo possível **em virtude da nova ordem que se tem.**⁵²

Ou seja, o vendedor cumpria o disposto nas leis de 1869 e 1871 – não estava separando a mãe escrava dos filhos, ainda crianças com menos de 12 anos. Além disso, tratava-se de venda de crianças que haviam nascido antes da Lei do Ventre Livre de 1871. A transparência do ato de venda não pode, porém, iludir os incautos. Nem todos procediam assim, haja vista aquele primeiro caso de anúncio de 1871 de compra e de venda de escrava de 12 a 16 anos que soubesse “lidar com crianças”. No cotidiano escravista das últimas décadas do século XIX, o visível processo de desagregação da escravidão teve, por certo, mais peso e influencia para a estabilidade da família de escravizados/as do que a mudança de atitudes da classe senhorial. A relação conflituosa dessa com o Estado Imperial, que conduzia uma política de abolição lenta, gradual e sob controle, da escravidão, permeou tal processo de desagregação. Direta ou indiretamente, ela foi capitalizada pela população escravizada para negociar melhores termos para sua condição de cativos/as, particularmente a construção de famílias.

Não se pode ignorar, silenciar e/ou subestimar, a própria atuação das pessoas escravizadas na desagregação da instituição. As relações entre senhores e escravizados/as sempre foram atravessadas por tensões em razão dos confrontantes interesses e das conflitantes posições. Práticas de resistência, de rebeldia, de confrontos, de acordos e negociações compunham o desenho desse campo de lutas entre senhor e escravizados, os protagonistas dos embates e dos combates que, ao final e ao cabo, desestabilizaram a instituição da escravidão no país.

Nesse contexto, as fugas se tornaram mais frequentes, muitas delas motivadas pela separação do/a escravizado/a de seu núcleo familiar, de sua esposa ou esposo, de seu filho e filha. São recorrentes nos jornais os anúncios de fugas de escravizados/as. A pedidos, os jornais costumavam publicar os chamados “escravos fugidos”, anúncios que descreviam a situação em que pessoas escravizadas haviam fugido e a oferta de

⁵² Ouro Preto, jornal *Jequitinhonha*, 1872, ed. 140, p. 4.

recompensa para quem as entregasse aos seus donos. Esses anúncios nos fornecem uma série de informações sobre esses escravizados/as que fugiam, além do motivo das fugas.

Em dois dos três jornais analisados, o *Diário de Minas* e *Noticiador de Minas*, encontramos dois anúncios em que o motivo da fuga foi associado à tentativa de aproximação familiar. Segundo o anúncio de 1871, Evaristo, de 45 anos, estava fugido desde 1869 e tinha filhos na região do Morro Velho⁵³. Ricardo, de 35 anos, já tinha o costume de fugir para a cidade de Petrópolis, onde tinha parentes⁵⁴. Devido à evidente desigual relação de poder, a vontade do senhor proporcionava limites explícitos à estabilidade familiar quando assim o desejava. Porém, não se pode ignorar que a submissão das pessoas escravizadas a esses desejos não era homogênea e nem pacífica como a única realidade expressa. A luta dos/as escravizados/as pela manutenção dos laços familiares conheceu táticas diversas, como acordos e negociações dentro das fazendas, a exemplo das fugas reivindicatórias, mas também pela tentativa de rompimento completo das relações por meio de fuga permanente para a aproximação familiar (REIS e SILVA, 1989, p. 62 - 69).

Nessa pesquisa, como em toda pesquisa histórica, não há a possibilidade de se chegar à conclusão de que os dispositivos legais em torno do reconhecimento da família de escravizados/as tiveram a força e o poder de proibir completamente a separação dessas famílias, conferindo, assim, plena estabilidade a elas. Afinal, nesse campo em disputa, o poder público conferia e, ao mesmo tempo, tinha sua legitimidade assentada sobretudo no/pelo poder escravista, exercido no âmbito da ordem privada (ALENCASTRO, 1999). Não por acaso, quando o Estado passou a tentar regular o que ocorria e como deveria ocorrer no âmbito privado do poder senhorial, sobretudo a partir de 1871, encontrou resistências, dificuldades e acabou sem sua base social e econômica de apoio. Embora acatando a contragosto as leis imperiais, como nos indicavam os jornais pesquisados, a classe proprietária perdeu seus escravizados, reinventou sua política de domínio, e o governo imperial perdeu seu império.

Finalmente, entendemos que é possível pensar a regulamentação que organizou as famílias de pessoas escravizadas - proibindo a separação de cônjuges e filhos/as até determinada idade⁵⁵, dando às famílias a preferência de alforrias fruto do fundo de

⁵³ Ouro Preto, jornal *O Noticiador de Minas*, 1871, ed. 301, p. 6.

⁵⁴ Ouro Preto, jornal *Diário de Minas*, 1873, ed. 74, p. 3.

⁵⁵ 12 anos no caso do Decreto nº 1.695 de 1869 e 15 anos na Lei nº 2.040 de 1871.

emancipação – como mais um espaço de possibilidade de agência, mais uma via em que as pessoas escravizadas pudessem lutar pela manutenção de seus laços familiares. Sobretudo, devemos pensar nessas legislações como mais um espaço em que aqueles que eram *escravos* pudessem reivindicar condições para viver como *pessoas*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As configurações das famílias de escravizados e escravizadas no Brasil revela mais uma das facetas da complexidade que foram as relações sociais tecidas no nosso país em meio à escravidão. Como bem afirmamos, neste trabalho não elaboramos uma narrativa que romantiza e suaviza a violência causada pela e na escravidão. Tentamos compreender as complexas relações sociais que se desenvolveram no que concerne às famílias de escravizados/as.

A pesquisa em busca de parte da legislação que regulamentava a constituição e organização das famílias de escravizados/as, reconhecendo inclusive o modelo familiar monoparental, permite-nos fazer algumas considerações finais. A primeira delas, e a mais sugestiva, é que a partir de então reconhece-se, legalmente, a existência dessas pessoas. Outra, a de que se busca assegurar-lhes uma maior estabilidade. Teoricamente, como regulamentou a Lei do Ventre Livre, não mais seria permitido separar cônjuges, pais e/ou mães de seus filhos e filhas de até 12 anos de idade completos. A partir da leitura das publicações feitas nos jornais entre 1869 e 1873 e com o entendimento dos projetos em disputa em torno da Lei do Ventre Livre, passamos a ter uma visão mais crítica dessa legislação e sua aplicação. Percebemos que entre o prescrito e o praticado muitos são os caminhos escolhidos, diversas são as relações estabelecidas.

Atentos à complexidade das experiências humanas, no passado ou no presente, não podemos simplificar os significados dos objetivos da legislação e atribuir a esta interpretações unicamente monocausais. Não podemos entender a lei somente de forma progressista ou somente de forma conservadora, pois há nela os dois aspectos. No que tange a assegurar a estabilidade das famílias de pessoas escravizadas, a aplicação da lei também se revelou problemática, pois tocava no conflito de interesses da esfera pública do Estado com as do poder privado da classe senhorial.

De acordo com as publicações feitas nos jornais pesquisados, observamos que as leis aprovadas, ao menos em certa medida, fizeram com que publicamente a defesa da emancipação e o respeito aos direitos recém conquistados pelas pessoas escravizadas fossem incentivadas, inclusive com elogios. Já no âmbito privado, onde as relações se construía com pouca intervenção do Estado e assim mais afastadas dos olhares públicos, tendemos a acreditar que o desrespeito a essas leis fosse prática mais comum do que o suposto.

Mesmo com toda violência que presidia as relações escravistas, é possível pensar que as leis analisadas representaram mais um espaço em que escravizados, de ambos os sexos, puderam agenciar suas vidas por meio de diversas estratégias, lutando pelo direito de construir laços familiares e (re)afirmar sua condição de seres humanos em meio ao constante processo de desumanização em que viviam. As tensões e disputas em torno do controle e domínio de seus corpos, sobretudo dos corpos femininos, que abrigavam um “ventre livre” desde 1871, apontam-nos para as agruras dessa luta entre escravizados/as e proprietários/as. E também para a engenhosidade daqueles na criação e manutenção de laços familiares, afetivos e espirituais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

BRASIL, Decreto nº 1695, de 15 de setembro de 1869. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html> Acesso em: 07/06/18

BRASIL, Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4835-1-dezembro-1871-552265-norma-pe.html> Acesso em: 07/06/18

BRASIL, Decreto nº 5135, de 13 de novembro de 1872. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html> Acesso em: 07/06/18

BRASIL, Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm Acesso em: 07/06/18

Diário de Minas (MG) - 1866 a 1875. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=376523&pesq=>> Acesso em: 07/06/18

Noticiador de Minas (MG) - 1868 a 1873. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=767042&pesq=>> Acesso em: 07/06/18

O Jequitinhonha (MG) - 1860 a 1873. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=233870&pesq=>> Acesso em: 07/06/18

Bibliografia:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil Império: a Corte e a modernidade* Vol. II. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mario. *A linguagem escravizada: Língua, história, poder e luta de classes*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 152p.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 127.

CARNEIRO, Édison. *A Lei do Ventre Livre*. Afro-Ásia. Bahia, n. 13, p. 13-25, 1980. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20807>>. Acesso em: 07/06/18.

CARNEIRO, Sueli. A Mulher negra na sociedade brasileira - o Papel do movimento feminista na luta anti-racista. In: Kabengele Munanga. (Org.). *História do Negro no Brasil*. Brasília: Publicação da Fundação Cultural Palmares -MinC com o apoio do CNPq, 2004, v. 1, p. 1-421

CARVALHO, José Murilo. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, 1988.

CASSOLI, Marileide Lázaro. *A construção da liberdade: Vivências da Escravidão e do Pós-Abolição*. Mariana, 1871-1920. Jundiaí, SP: Paco, 2017. 356 p.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil Império: a Corte e a modernidade* Vol. II. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. 352p.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. 360 p.

CURIEL, Ochy. *La nación heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Editora Brecha Lésbica y en la frontera. Bogotá, Colombia, 2013.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, 2 vols. São Paulo: Dominus, Edusp, 1965.

FLORENTINO, Manolo & GÓES, José R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: 1790-1850.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014 (1975).

FRAZIER, E. Franklin. *The negro Family in Chicago.* Chicago: The University of Chicago Press, 1932.

_____. *The Negro Family in the United States.* Nova York: Macmillian, 1939.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala.* 46. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2002 (1933).

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888).* São Paulo: Brasiliense, 1986.

GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, Roll: the Rorld the Slaves Made.* Nova York: Pantheon Books [Random House], 1974.

GOMES, Flávio. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil.* 1.ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira.* Revista Ciências Sociais Hoje - Anpocs, p. 223-244, 1984.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada.* 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991. 400 p.

GRAHAM, Richard. “A família escrava no Brasil colonial”, In: GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo.* São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 41-57.

GUTMAN, Hebert G. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750 – 1925.* Nova York: Random House, 1976.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1888).* 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *O filho da escrava: em torno da Lei do Ventre Livre.* Revista Brasileira de História. São Paulo, v.8 n. 16, p. 37-55. mar/1988 - ago/1988.

MOURA, Clovis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. 1º reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2013. 440 p.

MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Editora Ática, 1987. 94p.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Edições Zumbi LTDA, 1959. 304p. e idem. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Editora Ática, 1987. 94p.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *História, mulheres, cidadania*. A construção de uma área de estudos posicionada. Conferência proferida no XXIX Simpósio Nacional da ANPUH. Brasília, UnB, 28 de julho de 2017.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas* = Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. v. 1. Dakar, CODESRIA, p. 1-8, 2004. Tradução para uso didático de Juliana Araújo Lopes. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-conceitualizando_o_g%C3%AAnero._os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf>. Acesso em: 07/06/2018

PERUSSATO, Melina Kleinert. *Quando o Estado intervém: apontamentos sobre a Lei do Ventre Livre de 1871*. Revista Ágora. Rio Grande do Sul, v. 15, n. 2, p. 91-102, jul./dez. 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983 (1942).

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em debate*. In: Marcos Cezar de Freitas (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 111.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 152 p.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. 332 p.

RYBEYROLLES, Charles, *Brazil pitoresco: historia-descrições-viagens-instituições-colonisação*, edição bilíngue, 2 vols. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2001. p. 266

SLENES, Robert Wayne. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850 – 1888*. Tese de doutorado em história. Stanford University, 1956.

_____. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. 302 p.

SOUZA, Ione Celeste Jesus de. “Porque um menor não deve ficar exposto à ociosidade, origem de todos os vícios: tutelas e soldadas e o trabalho de ingênuos na Bahia, 1870 a 1900”, In: Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas (orgs.). *Tornando-se Livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. 480 p.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *A estabilidade familiar entre os escravos de Mariana (1850-1888)*. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira, 2002. 23 p.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, 3 vols. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1ª ed. Inglesa, 1975]

ANEXO A – Decreto nº 1.695, de 15 de Setembro de 1869

Prohibe as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição publica.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1º Todas as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição publica, ficão prohibidas. Os leilões commerciaes de escravos ficão prohibidos, sob pena de nullidade de taes vendas e de multa de 100\$000 a 300\$000, contra o leiloeiro, por cada um escravo que vender em leilão. As praças judiciais em virtude de execuções por divida, ou de partilha entre herdeiros, serão substituidas por propostas escriptas, que os juizes receberão dos arrematantes por espaço de 30 dias, annunciando os juizes por editaes, contendo os nomes, idades, profissões, avaliações e mais caracteristicos dos escravos que tenham de ser arrematados. Findo aquelle prazo de 30 dias do annuncio judicial, o juiz poderá renovar o annuncio por novo prazo, publicando em audiencia as propostas se forem insignificantes os preços offerecidos, ou se forem impugnados por herdeiros ou credores que requeirão adjudicação por preço maior.

Art. 2º Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é prohibido, sob pena de nullidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 annos.

Art. 3º Nos inventarios em que não forem interessados como herdeiros ascendentes ou descendentes, e ficarem salvos por outros bens os direitos dos credores, poderá o juiz do inventario conceder cartas de liberdade aos escravos inventariados que exhibirem á vista o preço de suas avaliações judiciais.

Art. 4º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Martiniano de Alencar, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em quinze de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Martiniano de Alencar.

Chancellaria-mór do Imperio. - José Martiniano de Alencar.

Transitou em 20 de Setembro de 1869. - José da Cunha Barbosa.

ANEXO B – Lei nº 2.040, de 28 de Setembro de 1871

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annua de escravos.

A Princeza Imperial Regente, em nome de Sua Magestade o Imperador e Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Decretou e ella Sanccionou a Lei seguinte:

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criar-os e tratar-os até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.

§ 2º Qualquer desses menores poderá remir-se do onus de servir, mediante prévia indemnização pecuniaria, que por si ou por outrem offereça ao senhor de sua mãe, procedendo-se á avaliação dos serviços pelo tempo que lhe restar a preencher, se não houver accôrdo sobre o quantum da mesma indemnização.

§ 3º Cabe tambem aos senhores criar e tratar os filhos que as filhas de suas escravas possam ter quando aquellas estiverem prestando serviços. Tal obrigação, porém, cessará logo que findar a prestação dos serviços das mãis. Se estas fallecerem dentro daquelle prazo, seus filhos poderão ser postos à disposição do Governo.

§ 4º Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito annos, que estejam em poder do senhor della por virtude do § 1º, lhe serão entregues, excepto se preferir deixal-os, e o senhor annuir a ficar com elles.

§ 5º No caso de alienação da mulher escrava, seus filhos livres, menores de 12 annos, a acompanharão, ficando o novo senhor da mesma escrava subrogado nos direitos e obrigações do antecessor.

§ 6º Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1º, se, por sentença do juizo criminal, reconhecer-se que os senhores das mãis os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos.

§ 7º O direito conferido aos senhores no § 1º transfere-se nos casos de successão necessaria, devendo o filho da escrava prestar serviços á pessoa a quem nas partilhas pertencer a mesma escrava.

Art. 2º O Governo poderá entregar a associações por elle autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores dellas, ou tirados do poder destes em virtude do art. 1º § 6º.

§ 1º As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 annos completos, e poderão alugar esses serviços, mas serão obrigadas:

1º A criar e tratar os mesmos menores;

2º A constituir para cada um delles um peculio, consistente na quota que para este fim fôr reservada nos respectivos estatutos;

3º A procurar-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada collocação.

§ 2º As associações de que trata o paragrapho antecedente serão sujeitas á inspecção dos Juizes de Orphãos, quanto aos menores.

§ 3º A disposição deste artigo é applicavel ás casas de expostos, e ás pessoas a quem os Juizes de Orphãos encarregarem da educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos creados para tal fim.

§ 4º Fica salvo ao Governo o direito de mandar recolher os referidos menores aos estabelecimentos publicos, transferindo-se neste caso para o Estado as obrigações que o § 1º impõe ás associações autorizadas.

Art. 3º Serão annualmente libertados em cada Provincia do Imperio tantos escravos quantos corresponderem á quota annualmente disponivel do fundo destinado para a emancipação.

§ 1º O fundo de emancipação compõe-se:

1º Da taxa de escravos.

2º Dos impostos geraes sobre transmissão de propriedade dos escravos.

3º Do producto de seis loterias annuaes, isentas de impostos, e da decima parte das que forem concedidas d'ora em diante para correrem na capital do Imperio.

4º Das multas impostas em virtude desta lei. 5º Das quotas que sejam marcadas no Orçamento geral e nos provinciaes e municipaes. 6º De subscripções, doações e legados com esse destino.

§ 2º As quotas marcadas nos Orçamentos provinciaes e municipaes, assim como as subscripções, doações e legados com destino local, serão applicadas á emancipação nas Provincias, Comarcas, Municipios e Freguezias designadas.

Art. 4º É permittido ao escravo a formação de um peculio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a collocação e segurança do mesmo peculio.

§ 1º Por morte do escravo, a metade do seu peculio pertencerá ao conjuge sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmittirá aos seus herdeiros, na fórmula da lei civil. Na falta de herdeiros, o peculio será adjudicado ao fundo de emancipação, de que trata o art. 3º.

§ 2º O escravo que, por meio de seu peculio, obtiver meios para indemnização de seu valor, tem direito a alforria. Se a indemnização não fôr fixada por accôrdo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventarios o preço da alforria será o da avaliação.

§ 3º É, outrossim, permittido ao escravo, em favor da sua liberdade, contractar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete annos, mediante o consentimento do senhor e approvação do Juiz de Orphãos.

§ 4º O escravo que pertencer a condominos, e fôr libertado por um destes, terá direito á sua alforria, indemnizando os outros senhores da quota do valor que lhes pertencer. Esta indemnização poderá ser paga com serviços prestados por prazo não maior de sete annos, em conformidade do paragrapho antecedente.

§ 5º A alforria com a clausula de serviços durante certo tempo não ficará annullada pela falta de implemento da mesma clausula, mas o liberto será compellido a cumpril-a por meio de trabalho nos estabelecimentos publicos ou por contractos de serviços a particulares.

§ 6º As alforrias, quer gratuitas, quer a titulo oneroso, serão isentas de quaesquer direitos, emolumentos ou despesas.

§ 7º Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é prohibido, sob pena de nullidade, separar os conjuges, e os filhos menores de 12 annos, do pai ou da mãe.

§ 8º Se a divisão de bens entre herdeiros ou sócios não comportar a reunião de uma familia, e nenhum delles preferir conserval-a sob o seu dominio, mediante reposição da quota parte dos outros interessados, será a mesma família vendida e o seu producto rateado.

§ 9º Fica derogada a Ord. liv. 4º, titl 63, na parte que revoga as alforrias por ingratidão.

Art. 5º Serão sujeitas á inspecção dos Juizes de Orphãos as sociedades de emancipação já organizadas e que de futuro se organizarem.

Paragrapho unico. As ditas sociedades terão privilegio sobre os serviços dos escravos que libertarem, para indemnização do preço da compra.

Art. 6º Serão declarados libertos:

§ 1º Os escravos pertencentes á nação, dando-lhes o Governo a occupação que julgar conveniente.

§ 2º Os escravos dados em usufructo à Corôa.

§ 3º Os escravos das heranças vagas.

§ 4º Os escravos abandonados por seus senhores. Se estes os abandonarem por invalidos, serão obrigados a alimentar-os, salvo o caso de penuria, sendo os alimentos taxados pelo Juiz de Orphãos.

§ 5º Em geral, os escravos libertados em virtude desta Lei ficam durante cinco annos sob a inspecção do Governo. Elles são obrigados a contractar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos publicos. Cessará, porém, o constrangimento do trabalho, sempre que o liberto exhibir contracto de serviço.

Art. 7º Nas causas em favor da liberdade:

§ 1º O processo será summario.

§ 2º Haverá appellações *ex-officio* quando as decisões forem contrarias á liberdade.

Art. 8º O Governo mandará proceder á matricula especial de todos os escravos existentes do Imperio, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se fôr conhecida.

§ 1º O prazo em que deve começar e encerrar-se a matricula será annuciado com a maior antecedencia possivel por meio de editaes repetidos, nos quaes será inserta a disposição do paragrapho seguinte.

§ 2º Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados á matricula, até um anno depois do encerramento desta, serão por este facto considerados libertos.

§ 3º Pela matricula de cada escravo pagará o senhor por uma vez sómente o emolumento de 500 réis, se o fizer dentro do prazo marcado, e de 1\$000 se exceder o dito prazo. O producto deste emolumento será destinado ás despesas da matricula e o excedente ao fundo de emancipação.

§ 4º Serão tambem matriculados em livro distincto os filhos da mulher escrava, que por esta lei ficam livres. Incorrerão os senhores omissos, por negligencia, na multa de 100\$ a 200\$, repetida tantas vezes quantos forem os individuos omittidos, e, por fraude nas penas do art. 179 do codigo criminal.

§ 5º Os parochos serão obrigados a ter livros especiaes para o registro dos nascimentos e obitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os parochos á multa de 100\$000.

Art. 9º O Governo em seus regulamentos poderá impôr multas até 100\$ e penas de prisão simples até um mez.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado de Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos vinte e oito de Setembro de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e o Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, João Pedro Sales Fernandes, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Famílias de escravizados/as nas Minas oitocentistas: existência e estabilidade (1869 – 1873)” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília – DF, 09/07/18

João Pedro Sales Fernandes